

TEREZINHA ELISABETH DA SILVA

TERRITÓRIO DA UTOPIA/ÁREA DE RISCO
*POLÍTICA CULTURAL: VENTURAS E DESVENTURAS
DA EXPERIÊNCIA DE UBERLÂNDIA(MG)*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Biblioteconomia da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Biblioteconomia
Área de concentração: Biblioteca e Sociedade
Orientador: Paulo de Tarso Cabral de Medeiros

João Pessoa

Mestrado em Biblioteconomia da UFPB
1992

TEREZINHA ELISABETH DA SILVA

TERRITÓRIO DA UTOPIA/ÁREA DE RISCO

*POLÍTICA CULTURAL: VENTURAS E DESVENTURAS
DA EXPERIÊNCIA DE UBERLÂNDIA(MG)*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Biblioteconomia

Área de concentração: Biblioteca e Sociedade

Orientador: Paulo de Tarso Cabral de Medeiros

João Pessoa

Mestrado em Biblioteconomia da UFPB

1992

***"Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína
Tudo é menino e menina no olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto ganindo pra lua
Nada continua..."***

(Fora da Ordem - Caetano Veloso)

GRATIDÃO

a Paulo de Tarso, orientador, e Gilvando, co-orientador, pela paciência, dedicação e direcionamentos; e por acreditarem que eu, gatinhando pelas Ciências Sociais, seria capaz de superar algumas de minhas muitas limitações;

ao Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, que propõe avanços a despeito dos obstáculos quantitativistas;

aos professores Ana Maria, Briquet, Joana, Josemar, Lourdinha, Rachel e Socorro, presentes em vários momentos do Curso de Mestrado;

ao CNPq que me concedeu bolsa no período de 1989-91;

às amigas da turma 89.1, cujo carinho me ajudou a suportar a distância das Gerais;

a meus pais, irmãos, cunhadas e sobrinhos pela força e condições afetivas; ao sobrinho Sérgio, que desmistificou o uso do editor de textos e hospedou meus arquivos em seu micro;

aos ex-colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia que sem saber sugeriam os motes, e depois se transformaram em informantes da pesquisa;

a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram a não sair do eixo;

sem vocês este vôo não seria.

SUMÁRIO

Resumo	5
Apresentação	6

PARTE I

1 - CAMPO DE FORÇAS: introdução ao problema	9
2 - ESTADO E CULTURA NO BRASIL: quadro de referências históricas	13
3 - AS REGRAS DO JOGO: políticas culturais: do mecenato ao neoliberalismo	24
4 - CULTURA, ESTADO E O INTELECTUAL CAPTURADO PELO PODER: um recorte teórico	34
5-UM OLHAR SOBRE O OBJETO	43

PARTE II

1 - MEMÓRIA DA PESQUISA	49
2 - VENTURAS E DESVENTURAS	64
3 - COMENTÁRIOS FINAIS	107
<i>Abstract</i>	110
Bibliografia citada	111
Bibliografia complementar	118

RESUMO

Discute a administração da cultura pela instituição pública e os conflitos inerentes à relação cultura e poder, mediatizada pelo intelectual investido em cargo público. Apresenta um quadro de referências históricas da relação cultura e poder no Brasil desde o advento da República até a década de 80, quando ocorre a redemocratização política após a ditadura militar. Expõe visões de vários autores acerca de política cultural e de seu tratamento em diferentes épocas e países, enfatizando o caso brasileiro. Elabora um ensaio de referências teóricas relativas às concepções de cultura, de intelectual e de Estado. Descreve o histórico e a estrutura do objeto do estudo de caso - a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia(MG). Discute questões relativas aos métodos e técnicas utilizados na pesquisa de campo e aos problemas surgidos nas entrevistas. Os depoimentos coletados são interpretados a partir de categorias de análise tais como: cultura *versus* burocracia, populismo político, paternalismo, poder, o papel do agente cultural, o enfoque processual da cultura, e limites e equívocos da prática em estudo. As questões localizadas no caso de Uberlândia são relacionadas com outras experiências ocorridas no mesmo período. Finaliza verificando que as políticas culturais praticadas em grande escala no país nos anos 80 encontram, no final da década, modos arcaicos de poder, onde parece não haver lugar para experiências que visem mudanças sociais e a democratização da cultura.

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA CULTURAL, um tema que se tornou motivador de pesquisa devido à minha experiência de trabalho (1984-1988), na Divisão de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia (MG).

As novas perspectivas que esse período me proporcionou se ampliaram com as abordagens do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, que mostrou ser possível extrapolar com a dissertação, o tratamento técnico e administrativo que no mais das vezes são objetos de pesquisas na área. Optei, desde a escolha do tema até à elaboração das análises, por conceitos sociológicos. Além de ser fiel a meus desejos, creio estar colaborando com uma Biblioteconomia que sai de si e se articula com outras esferas do saber.

A tarefa a que me propus não é fácil.

Primeiro porque estarei retomando nas páginas seguintes, uma situação vivida. Corro o risco de me envolver em demasia e de envolver os atores numa abordagem que pode ser contrária a seus pontos de vista. Estou ciente destes perigos e assumo total responsabilidade pelas análises que teci a partir dos depoimentos coletados. É um trabalho que não se encerra com os comentários finais. Está exposto à crítica acadêmica e igualmente aberto à crítica dos sujeitos pesquisados; permite o confronto e a contraposição de perspectivas.

Além disso, o tema é por demais abrangente. Cultura e poder são territórios sem fronteiras, que teoricamente envolvem todos os aspectos da vida. Muitas vezes o assunto foge dos domínios, como esvai a água por entre os dedos da mão. Ao trabalhar com cultura e poder temos a sensação de realizar uma tarefa sem fim, e cada passo traduz a ignorância sempre maior do pesquisador.

O assunto carece de limites.

Por não aspirar a totalidade, recorto uma situação específica - a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia - faço uma leitura possível e ensaio a transposição de questões localizadas para um universo mais amplo.

Feitas as advertências, iniciemos a viagem.

É uma viagem em dois tempos. A PARTE I traça o contorno teórico e histórico da relação cultura e poder - com ênfase no contexto brasileiro - e expõe o objeto de estudo. A PARTE II se inicia com a discussão metodológica da pesquisa e em seguida apresenta a análise e a construção interpretativa dos dados.

PARTE I

1 - CAMPO DE FORÇAS

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

A cultura¹ não é um conjunto de atos espontâneos e gratuitos, ela possui um significativo contextual, isto é, social e político. O aspecto **político**, por sua vez, é perpassado por relações de **poder**. Assim entendida, a cultura se constitui por manifestações e expressões voluntárias de grupos ou indivíduos, inseridos na dinâmica social. Daí a concluir-se que as relações de poder estão presentes na esfera cultural, mesmo sem se considerar a instituição Estado. A diferença fundamental ao se introduzir este último elemento, é que acrescenta-se ao processo a **política**, enquanto relações de poder de grupos organizados em partidos políticos.²

O aspecto **político** da cultura e a **política** partidária são os determinantes que fazem com que qualquer tentativa de organização da cultura - por diretrizes estabelecidas pelo setor público ou pela sociedade civil - já nasça impregnada de fortes conflitos.³

Uma política cultural seria, portanto, um instrumento que enquadraria as manifestações culturais no espaço organizativo institucional, impondo-lhes fronteiras e regras do jogo político e da política traçada.

A história brasileira, a partir de 1983, trará para a cena política, novos atores - até agora oponentes e à margem do sistema - provocando ampla reflexão a respeito do país em todas as áreas, inclusive a cultural. Neste contexto, o intelectual, enquanto ator no palco de um órgão público, ganhará outros níveis de importância. Ele atua como intermediário entre o Estado e os movimentos culturais, estabelecendo e administrando políticas de acordo com o projeto governamental, interagindo com as duas esferas de modo a viabilizar as ações propostas. Este caráter ambivalente do trabalho do intelectual vai se acentuar profundamente devido a vários fatores.

O primeiro deles é que **o intelectual faz através do trabalho seu aprendizado de vida na administração pública**, inteirando-se das regras do jogo político e

burocrático, modificando sensivelmente seu discurso para adequá-lo ao novo contexto.

Segundo é que as administrações públicas com projetos democratizantes foram as primeiras experiências depois de vinte anos de governo militar, estando ainda impregnadas por traços de autoritarismo. Isto posto, por mais que exista uma grande demanda e o desejo de mudanças imediatas na ordem social, elas não ocorrem com a rapidez esperada. **Os novos atores enfrentam momentos de frustração a respeito do órgão público, da mesma forma que a sociedade cria falsas expectativas de transformação.**

O terceiro fator é que o intelectual, se anteriormente participava de movimentos culturais, vê-se transportado para o "outro lado", atuando no âmbito burocrático e organizativo, espaço até então desconhecido e onde se dá o conflito maior entre a cultura e a política. **De alguma forma ele renuncia à liberdade e à felicidade do trabalho criativo para encarar outra realidade que subentende controle e organização.**

Finalmente, aqueles elementos presentes numa política cultural - o aspecto político da cultura e a política partidária - serão em última instância, o material de trabalho do intelectual. O nível de tratamento que ele dará às questões será determinado por sua postura perante o Estado e a sociedade civil. Seu relacionamento com os movimentos culturais pode acontecer de muitas formas e seguir diferentes caminhos, alguns totalmente opostos.

Num órgão público de cultura com propostas democratizantes, pressupõe-se liberdade e autonomia de trabalho para o intelectual. Desta forma, por mais incorporadas que estejam as metas da instituição, existe a possibilidade de manifestações e interferências próprias do indivíduo sobre os caminhos a serem tomados.

Este trabalho tenta rastrear a trajetória do intelectual na criação e administração de uma política cultural. Não há intenção de fornecer a compreensão totalizante de uma realidade; antes, recorta situações e constrói um mosaico a partir das leituras possíveis. Interessa sobretudo verificar a forma de relacionamento do intelectual com

os movimentos culturais e com o órgão público, as interferências que faz nestas duas esferas e a visão daquele a respeito da ambigüidade de sua função.

Para realizar o estudo de caso foi escolhida a **Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia (MG)**, durante os anos de **1984 a 1988**, período de sua implantação e da concretização das atividades a partir de uma política cultural definida.

A análise não se situa no plano de uma avaliação interna da estrutura administrativa da Secretaria, mas na verificação do nível no qual a política cultural proposta se efetivou. O estudo foi realizado a partir da visão de vários intelectuais atuantes naquele órgão no período citado e de elementos selecionados dos movimentos culturais. A opção por trabalhar com a perspectiva dos funcionários deve-se à sua participação efetiva no processo de definição das diretrizes de ação da Secretaria.

Pode-se afirmar que este estudo apresenta duas questões não distintas e sim complementares. A primeira é que a partir da análise da visão particular do informantes sobre seu papel na criação e administração de uma política cultural, será possível verificar posicionamentos que possam caracterizar formas mais globais - mas não universais - da atuação dos intelectuais em outros órgãos oficiais de cultura em diferentes âmbitos da esfera governamental. A segunda questão, neste caso mais geral, trata de verificar a relação entre política cultural e sociedade, e os reflexos daquela no meio, durante o período estudado, a partir da análise das ações da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, do ponto de vista dos funcionários e de elementos dos movimentos culturais.

NOTAS E CITAÇÕES

1 - As concepções de cultura serão melhor desenvolvidas no Capítulo 4 desta Parte I.

2 - Os dois tipos de poderes não são excludentes. O primeiro é o poder generalizado, resultado de relações de forças nos grupos; é difuso e polimorfo. O segundo é o poder exercido a partir de um lugar específico, um pólo centralizador e personificado.

3 - Na maioria dos países as políticas culturais são elaboradas e exercidas pelo Estado. Na França, por exemplo, é sua competência quase que exclusiva. Já nos Estados Unidos, a política cultural é partilhada pelos setores público e privado, com competências bastante definidas e que acaba por imprimir ao processo cultural as regras da economia do país. A Fundação Ford americana é tão influente que sua atuação é comparável às dos Ministérios de Cultura dos países europeus.

A respeito das várias formas de administração da cultura:

MICELI, Sérgio, GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE/IDESP/FINEP, 1985. 113p.

2 - ESTADO E CULTURA NO BRASIL: QUADRO DE REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Alfredo BOSI,¹ analisando as Constituições Brasileiras de 1824 a 1967, conclui que todas elas "foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado", o que de fato revela uma dificuldade que atravessa a história do país, principalmente a partir da instituição da República. Vem ocorrendo, desde então, tentativas de organização de movimentos culturais, seja à margem da esfera governamental, seja opondo-se a ela, outras vezes buscando maior aproximação. No âmbito do Estado também se dá esta oscilação, ora ele se abre às propostas da sociedade, ora toma as rédeas e impõe as regras do jogo. Isto reflete uma realidade mais ampla, ou seja, os projetos políticos nos quais investem os vários grupos de poder no governo.

É tardia a preocupação do Estado brasileiro com o estabelecimento de diretrizes específicas para a cultura. Mas ele não esteve alheio à questão, apenas tarda a explicitar sua intervenção.

Retomando alguns momentos significativos da relação cultura e Estado no Brasil, desde o advento da República, pode-se perceber suas várias nuances.

No final do século 19 acontece o primeiro movimento de vulto. Vários escritores, dentre os quais Lima Barreto e Euclides da Cunha, se mobilizam contra a preferência por modismos e idéias vindas da Europa, o cosmopolitismo cultural. Nesses escritores, seduzidos pelas recentes campanhas abolicionista e republicana, havia o desejo de "colocar a literatura a serviço da recuperação da 'nacionalidade' e de fazer dela um instrumento de transformação social e política."²

Nacionalismo. Nacionalidade. Tantas vezes ouviremos estas palavras.

No início deste século, cresce em todos os setores do meio intelectual a necessidade inadiável de firmar as bases nacionalistas. A década de 20 é um marco desses movimentos. No plano cultural explode a **Semana de Arte Moderna**. No

político é fundado o **Partido Comunista Brasileiro**. Não são fatos isolados; muitos dos jovens intelectuais da Semana pertencem ao Partido. Residiria no Partido uma forma de politizar a arte, dar-lhe utilidade. Em 1925 Mário de Andrade revela:

"Tem beleza em nossas obras, porém ela é apenas um meio de interessar e de chamar atenção para coisa mais úteis e práticas. E se não caímos no diletantismo essa arte por assim falar interessada que estamos criando é que vai determinar pela primeira vez enfim a psicologia integral do brasileiro.(...) Até nós a arte brasileira foi um plátano: árvore de ornamentação."³

O escritor era ciente de que ao intelectual caberia a responsabilidade de buscar uma definição do homem brasileiro, de pesquisar e dar sentido a um povo 'inconsciente'.

A jovem República iria construindo suas bases políticas e culturais, alinhando partes desagregadas e desorganizadas. Para tal, era necessário a formação de um corpo de intelectuais desejosos de colaborar com a definição dos rumos do país. Essa elite de intelectuais vai sendo aos poucos delineada. Na década de 30 são fundadas as primeiras organizações profissionais (Ordem dos Advogados do Brasil, Academia de Medicina). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que expandindo-se formaria a USP, foi criada em 1934.

Mário de Andrade, desde 1935 encarregado do **Departamento de Cultura** do Município de São Paulo, desenvolve ali um projeto cultural avançado, onde o ideal modernista se canaliza para a prática política. O prefeito da cidade - Fábio Prado, um aristocrata líder de uma elite oligárquica - vencido em 30 e 32, pretendia mostrar aos oponentes sua grande capacidade de ação.⁴ De qualquer forma, não é possível ignorar o trabalho de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura. Atuação até hoje lembrada e que vem servindo de inspiração para muitos projetos.

O **Estado Novo** viria, em 1937, dar novo rumo à relação cultura e política. O governo Vargas, claramente autoritário desde o início, na intenção de 'proteger a cultura nacional' e de 'elevar a arte', marca sua atuação através da interferência direta na produção cultural. Cria o **DIP (Departamento de Imprensa e de Propaganda)**, um mecanismo de controle explícito, e as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, encarregadas da difusão das idéias do regime. Paradoxalmente, "em torno do ministro da Educação, Gustavo Capanema, também gravitavam numerosos

intelectuais que não pertenciam à esfera de influência autoritária."⁵ Carlos Drummond de Andrade seria chefe de gabinete do ministro, a Mário de Andrade caberia o Departamento de Teatros.

Mário oferece ao ministro um anteprojeto de preservação, embrião do **Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, o primeiro órgão oficial de cultura do Brasil, criado em 1937. Logo após viriam o **Instituto Nacional do Livro**, o **Museu Nacional de Belas Artes** e o **Serviço Nacional de Teatro**. Prova que o Estado ampliava sua participação na vida cultural da sociedade, o que ocorre também através do apoio individualizado à produção de vários artistas e profissionais, como Portinari e Villa-Lobos.

O Estado Novo ansiava por intelectuais em seus quadros. Os intelectuais necessitavam do Estado para se firmarem enquanto categoria. No poder eles não formam um bloco homogêneo, as orientações são várias, a cisão é clara. Como vimos, não são só os ditos reacionários que colaboram com Getúlio, o que não deixa de ser uma situação ambígua. Porém, a condição de intelectual-funcionário público não significa a perda de sua dignidade e autonomia, tampouco sua automática adesão ao projeto autoritário.⁶

De qualquer forma, o desencanto com a política vigente e o acirramento do autoritarismo farão com que um movimento crítico, já instalado, se acentue no meio intelectual.

No *Testamento de Uma Geração*, publicado em 1944,

"a sensação de se viver o final de um 'ciclo' natural fica patente na leitura dos depoimentos de intelectuais expressivos como Afonso Arinos de Melo Franco, Sérgio Milliet, João Alphonsus, Luíz da Câmara Cascudo, Emiliano Di Cavalcanti."⁷

Mais que uma crítica ao regime, esses homens se submetem a uma autocrítica severa. Sem cessar questionam-se sobre a sua função dentro da sociedade; põem em xeque sua própria trajetória.

O momento se caracteriza por uma ruptura. Os intelectuais sentem a necessidade de um mergulho mais profundo em todas as questões do país.

No *I Congresso Brasileiro de Escritores* de 1945, eles dão prosseguimento a suas avaliações voltando suas atenções para assuntos como "a questão da reforma agrária, do ensino gratuito, da liberdade e do nacionalismo, do padrão do trabalho intelectual nas universidades."⁸ Os temas de ordem política e cultural suscitam debates que orbitam em torno da necessidade de "democratização" do país.

Ressalvando as diferenças, o fio condutor do pensamento intelectual desde o início do século tem sido o **nacional**. Na década de 40 vem à tona a **modernização**, que na prática se acelera com o final da Segunda Guerra. Surge daí nova palavra de ordem: o **desenvolvimento**. Do projeto desenvolvimentista da economia, de sua modernização, advém a necessidade de se discutir a cultura "nacional" do ponto de vista filosófico e sociológico. Rever todos os conceitos era fundamental.

Neste clima é criado em 1955 o **ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)**, cujos cursos e debates repercutem enormemente e com ressonância em grupos das mais diversas orientações.⁹ Ao ISEB caberia a construção do pensamento brasileiro, tão necessário para a concretização dos "50 anos em 5" de JK. Patrocinados pelo Estado, os intelectuais do Instituto influenciam sensivelmente a área cultural. A defesa de uma cultura "autêntica" e "nacional" encontra ecos nos anseios populistas do meio intelectual. É até possível articular o surgimento do **CPC (Centro Popular de Cultura)** com a teoria isebiana.¹⁰

O máximo da efervescência cultural no período de 61 a 64 será dado pelo braço cultural da UNE, o CPC - ou CPCs, pois foram vários. Eles vão produzir ou destacar muitos elementos que até hoje circulam no meio cultural. Palavras de ordem: engajamento político da cultura e do artista. Os intelectuais, a vanguarda esclarecida, seriam os porta-vozes dos desejos do povo.

Embora seja possível uma aproximação dos CPCs com o ISEB, é razoável verificar que a prática cepecista extrapolaria os limites do pensamento isebiano. Ou seja, a proximidade seria sobremaneira de ordem teórica. Como diferença fundamental com

os isebianos, os cepecistas não estavam diretamente vinculados ao Estado. Assim, a proposta de politização contava com o voluntarismo, que

"se unia ao profundo movimento das massas populares, dando origem a uma nova 'cultura'. Utopia? Sem dúvida. Mas uma utopia que não foi invenção de uma minoria isolada, mas constitutiva da cultura política de uma grande parte das camadas intelectuais, que então emergiram sob novas formas."¹¹

A revolução, pensava-se, nunca estivera tão próxima. Contudo, o "povo", de quem os intelectuais buscavam se aproximar, restringia-se ao movimento estudantil. Mesmo os CPCs criados em sindicatos de fábricas não contavam com participação expressiva dos operários. Havia enorme distância, porventura ofuscada pelo idealismo exacerbado. Didatismo em excesso, outro equívoco. Os atores cepecistas fariam posteriormente avaliações do movimento. "O que ficou foi esta inédita, incrível, infantil, generosa, genialmente ridícula crença nos poderes transformadores da arte. Nunca se acreditou tanto na arte como força política, no mundo!", dirá mais tarde Arnaldo Jabor. ¹²

A curta trajetória dos CPCs não diminui o alcance de suas ações. Equivocados, ingênuos, populistas e tantos outros adjetivos poderiam se sobrepôr na tentativa de crítica aos CPCs. Mas a crítica - que a bem da verdade avança pela década de 80 - viria demonstrar a inegável importância do movimento.

Com os CPCs encerra-se um período da história cultural do país. A partir de 64 inicia-se nova fase, indicando formas diferentes de atuação do Estado e dos intelectuais no ambiente cultural. A efervescência é suspensa pelo golpe. Agora os militares no poder intervêm diretamente em todas as esferas da sociedade. Na década seguinte ao golpe de 64 o governo se encarregaria de criar inúmeros órgãos que dariam o direcionamento oficial para a cultura. A maior parte dos institutos e departamentos havia sido criada na década de 30; a modernização da economia e dos meios de comunicação não foi seguida pela modernização do aparato oficial para a cultura. Os militares procuravam agora diminuir esta distância.¹³

O governo Castelo Branco institui o **Conselho Federal de Cultura** em 1966, a primeira atitude dos militares para a cultura. O CFC teria a função de coordenar

atividades e propor uma política nacional de cultura, que só seria divulgada em 1975, no governo Geisel.¹⁴

A profusão de órgãos traduz a crescente onipresença do Estado. Contudo, a intervenção mais direta será feita pela censura. A cultura, vista como um problema de segurança nacional, será tão mais cerceada quanto mais "desacatar" o regime.¹⁵ A produção do período pode ser assim categorizada: produção incentivada ou protegida; produção consentida ou tolerada; e produção censurada.¹⁶ Entretanto, é a oposição à censura implacável que provoca a união dos intelectuais e até do empresariado do setor de comunicações.

A coesão dos intelectuais e artistas, conseqüência do repúdio ao "inimigo comum", resultará na hegemonia relativa da reflexão e criação da inteligência de esquerda a que se refere Roberto SCHWARZ.¹⁷ Todavia, as diferenças formais e conceituais emergem. A produção dessa esquerda vai se dividir claramente. De um lado, uma linguagem militante, muitas vezes amarga e marcada por um conteúdo abertamente contra o regime - até onde a censura permitisse. De outro, uma produção voltada para a busca de novas formas, que não se opõe explicitamente ao sistema e é por isso mesmo tachada, pelos militantes, de ser alienada.

Estamos em 68, ano da crise generalizada de autoridade. Ano de contestações, de rebeldias e rebeliões. Ano do golpe dentro do golpe, da consolidação do regime militar no Brasil.

A qualquer custo, o Estado, simbolizado pela fusão dos três poderes, toma para si a obrigação de criar uma identidade cultural "nacional" que assegurasse sua solidificação. Identidade que será forjada sobremaneira por uma política de preservação de sítios históricos e de "promoção" do folclore no sentido de inventariar a cultura e a "memória nacional". Lançava-se para o passado um olhar conservador. Não bastasse este modo inercial de reconhecer o passado, também o presente e o futuro não existiam.¹⁸

No início da década de 70 o "milagre econômico" dava claros sinais de cansaço. Aos poucos, "o bloco que controla o poder começa a revelar controvérsias e tensões,

dissidências e defecções."¹⁹ A política de distensão do governo Geisel será o reflexo das contradições dentro do poder. A exigência de redemocratização vai crescendo de forma a ampliar-se para além do meio intelectual. O **MDB (Movimento Democrático Brasileiro)**, único partido de oposição, acolhe toda a demanda de uma sociedade ansiosa por mudanças. Em 1978, no bojo da rearticulação sindical, formam-se as bases do futuro **Partido dos Trabalhadores**.

No plano cultural, o Estado, cedendo às pressões, vai aos poucos liberando a censura, mas a política oficial ainda se apoia em diretrizes conservadoras. A tentativa de criação da identidade nacional serviria ao objetivo de unificar um país já mergulhado na crise econômica. A inquietação geral, os movimentos sociais e de "base" iriam amadurecendo a idéia de entrega do poder aos civis. São constantes as referências à "abertura lenta e gradual" do presidente Geisel.

Em 1982, a vontade política da sociedade foi claramente demonstrada pela vitória das oposições nas eleições gerais. A implantação dos governos estaduais e municipais possibilitaria o exercício de propostas ainda não praticadas pelo poder público. Preocupações até então latentes, ou em discussão pela sociedade civil encontrariam formas de concretização através dos governos recém eleitos. A cultura estaria dentre elas. Fato inédito é que mesmo pequenas cidades têm seu Departamento, Divisão ou Seção de Cultura.²⁰

A redemocratização avança. Um presidente civil é escolhido pelo Colégio Eleitoral. A **Nova República** iria criar, em 1985, o **Ministério da Cultura**, até então uma Secretaria do Ministério da Educação e Cultura. É verdade que a criação do Ministério suscita uma série de encontros e debates; no entanto, ele próprio não teve sua política delineada, devido a uma dificuldade inerente ao processo cultural, que é a definição de uma linha de ação para a administração de uma "cultura nacional", quando está claro que ela é diversa, dinâmica e heterogênea. Ela é plural sim, mas não caótica, conforme lembra Alfredo BOSI.²¹

Como resultado da necessidade de descentralização de serviços públicos federais e políticas sociais foram desenvolvidos projetos e políticas culturais pelos Estados e Municípios. Não obstante os tateamentos do MinC, a cultura seria tratada no lugar

onde a manifestação de sua pluralidade pode observada, principalmente nos municípios.

Alguns autores analisam o pós 82 por um ângulo pessimista, referindo-se a um avanço apenas aparente, cujas realizações seriam reproduções do pensamento autoritário com nova roupagem. Em nível de Ministério pode-se dizer que o discurso ainda se encontrava contaminado pelo conservadorismo. Ainda assim, é um tanto simplista reduzir só a este plano o que foi desenvolvido no período, principalmente se for considerada a oportunidade que o momento causou de se refletir sobre os conflitos que a questão cultural e as relações com o poder provocam. Mais ainda quando se constata que essas discussões extrapolaram os ambientes intelectuais e o círculo do poder central. Como resultado veio à tona o debate sobre cultura não somente em seu caráter simbólico e abstrato, mas também o fato de que pensar em cultura significa pensar em poder, visto que "a dimensão política já está inscrita nas primeiras referências à cultura, não lhe advém de fora."²²

Os órgãos oficiais de cultura, criados a partir de 1983, procuraram formar seus quadros de pessoal com elementos, na maioria inexperientes, porém "sensíveis" à questão, já que à nova área ainda não era oferecida formação específica. A estas pessoas caberia a formulação de políticas culturais que dariam as diretrizes de ação daqueles órgãos, mesmo que estas não fossem explicitadas em documentos oficiais. O aprendizado empírico, realizado devido à necessidade de se colocar em prática um trabalho, tem dois significados: o primeiro seria a riqueza de uma experiência até então desconhecida por muitos, ou seja, o tratamento direto com as manifestações culturais, direito vetado pelo autoritarismo militar; o segundo seria o conflito provocado pelo fato de se estar dentro da máquina governamental, tendo de alguma forma, sua liberdade de criação cerceada em função de um projeto político.

Até este momento a maioria das cidades do interior não contava com nenhum aparato específico para a cultura. Portanto, os significados desse aprendizado empírico ocorrem com maior frequência e intensidade nos órgãos oficiais de cultura dos municípios. Em caráter mais acentuado isto pode ser observado junto àquelas prefeituras que propunham administrações democráticas, o que **pressupõe um confronto dinâmico entre o poder público e a coletividade.**

Acenando para a volta inevitável da democracia, o ano de 1982 marcará também o início de nova fase para os intelectuais. Ao longo de nossa história, a indefinição de seu papel e a conseqüente oscilação revelam um movimento em busca de seu lugar no processo político. O regime militar forçará a convergência da categoria em torno das lutas de oposição. Esta coesão implicará também na redefinição de sua condição. Atrelado ou não a partidos, a partir de 1982, o intelectual se situará enquanto ator político.²³

Também a administração pública municipal do interior do Brasil abriu-se para a participação desses novos atores.

Este capítulo procurou oferecer um panorama da trajetória dos intelectuais, que inseridos ou não na estrutura administrativa do Estado, sempre estiveram - mesmo indiretamente - em seus domínios. São vários os estudos e reflexões existentes sobre o papel do intelectual no Brasil. Sabemos, no entanto, que eles dizem respeito principalmente à atuação em governos autoritários, já que foram curtos os períodos de ordem democrática.

A contribuição do presente trabalho reside no estudo do papel do intelectual dentro de uma administração municipal (1983-1988) com propostas democratizantes dentre as quais, uma política cultural de caráter inovador.

NOTAS E CITAÇÕES

1-BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. *In: ---.* (org) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p.208-218 p.216

2-PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. 335p. p.23

3-ANDRADE, Mário de. Moderno? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1982. Caderno de Cultura, p.4

As falas e pensamentos de Mário de Andrade que utilizo devem ser vistos como algo datado, isto porque não é minha intenção - nem objeto de estudo - refletir a respeito de pessoa e obra repletas de complexidades, ambigüidades e polêmicas.

4-Os motivos do prefeito podem parecer pouco "nobres", mas ele é sensível aos Projetos do Departamento de Cultura. "Nunca vi homem de negócios, nem homem rico mais acessível às coisas inteligentes. Aprovou tudo, nem pestanejou quando lhe disse que, para começar, haveríamos de precisar pelo menos de uns cinco mil contos por ano", revela Paulo Duarte.

DUARTE, Paulo. Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.198, p.75-86, 1990. Edição fac-similar do n.106 de 1946

5-PÉCAUT, Daniel. *Op.cit.* (nota 2) p.71

6-A este respeito, ver as análises de Antônio Cândido e José Miguel Wisnik sobre os "funcionários" Carlos Drummond de Andrade e Villa-Lobos, respectivamente:

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. *In: MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979. 210 p. p.ix-xii

WISNIK, José Miguel. Estado, arte e política em Villa-Lobos, Vargas e Glauber. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1982. Folhetim, p.6-8

7-MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1985. 303p. p.84

8-*Ibid.* p.141

9-PÉCAUT, Daniel. *Op.cit.* (nota 2) p.107

10-Sobre as relações e aproximações possíveis entre ISEB e CPCs:

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 148p. p.68-69

PÉCAUT, Daniel. *Op.cit.* (nota 2) p.152-165

11-PÉCAUT, Daniel. *Op.cit.* (nota 2) p.158-159

12-Depoimento de Arnaldo Jabor a Heloisa Buarque de Hollanda em:

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970. São Paulo: Brasiliense, 1980. 199p. p.28

13-A criação da EMBRAFILME data de 1969, a da FUNARTE de 1975.

14-O teor da **Política Nacional de Cultura** e de outros documentos oficiais é analisado por vários autores que são resenhados no Capítulo 3 desta Parte I.

15-Mas a censura é também incoerente, arbitrária e - porque não dizer? - ignorante. O DOPS, por exemplo, sai à procura do "subversivo" **Sófocles**, autor do clássico *Electra*.

16-IANNI, Octavio. O Estado e a organização da cultura. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.1, p.216-241, jul. 1978. p.239

17-SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964-1969. In:---. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 147p. p.61-92

18-A necessidade de reforçar a imagem do "Brasil grande" fará com que o futebol, por exemplo, na Copa do Mundo de 70, seja usado para criar um forte sentimento de nacionalidade; é o período do "*Brasil, ame-o ou deixe-o*" e do "*Ninguém segura este país*".

19-IANNI, Octavio. *Op.cit.* (nota 16) p.227

20-A exemplo de várias cidades do interior dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Mais especificamente, o governo do município de Lages(SC), no período de 1977-82, é um dos referenciais-modelo de governo participativo do PMDB.

21-A cultura brasileira não é unitária, coesa e homogênea; ela é heterogênea e múltipla. Uma pluralidade que precisa ser entendida como o "resultado de um processo de múltiplas interações", o que não significa o caos cultural.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In:---.(org)*Op.cit.*(nota 1) p.7-15

22-COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.7-10, 1987.

23-PÉCAUT, Daniel. *Op.cit.* (nota 2) p.257-308

3 - AS REGRAS DO JOGO

POLÍTICAS CULTURAIS: DO MECENATO AO NEO-LIBERALISMO

O primeiro obstáculo ao elaborar uma revisão de literatura sobre política cultural reside na dificuldade de se definir o campo da disciplina. Pode-se entender por política cultural a intervenção dos setores público e privado - principalmente do primeiro - no processo cultural, seja na elaboração, produção, distribuição ou recepção dos bens.

Pensando desta forma, sempre existiram políticas culturais praticadas pelas diferentes sociedades. Na Grécia, por exemplo, o teatro e a reconstrução arquitetônica eram garantidos pelo Estado. Em Roma, o ministro Mecenas patrocinava a produção de obras que cultuassem o imperador Otávio Augusto.¹ Contudo, é após a Revolução Industrial, e principalmente com a superação do Liberalismo Clássico que cresce a preocupação do Estado com a cultura. Primeiro porque no âmbito da luta operária, e aliada a ela, a cultura passa a ser entendida como fator de transformação social; segundo porque dessa nova circunstância surge a necessidade de legitimação do Estado - por outros instrumentos que não o jurídico - o que vem sendo praticado através de políticas sociais, que no mais das vezes, inscrevem políticas culturais.

A relação cultura e Estado é objeto de um grande número de trabalhos com orientações diversas, impossíveis de serem totalmente recenseados. Grande parte destas reflexões enfoca o caráter geral da relação. Pensá-la no âmbito de diretrizes do Estado para a cultura, reduz a extensão do tema e viabiliza o trabalho de revisão de literatura.

Entretanto, esta redução resulta na escassez de material bibliográfico. Se por um lado os debates sobre a relação cultura e Estado remontam à antigüidade, o mesmo não se pode dizer da **política cultural**. É recente a preocupação do Estado com o estabelecimento de diretrizes específicas para a cultura. Característica que não é exclusiva do Brasil.

A tendência de criação de políticas culturais, crescente desde o final da Segunda Guerra, seria fomentada pela UNESCO, a partir dos anos 70. As reuniões promovidas pelo órgão seriam perpassadas pela preocupação comum de tentar definir qual seria o papel do Estado numa política cultural, o que permaneceu obscuro.

Ainda que esse ponto careça de maior exatidão, uma coisa é certa: o Estado terá níveis diferentes de intervenção nos países desenvolvidos e nos países do Terceiro Mundo. A definição e a prática da política cultural dependem da história particular de cada país e do nível de abrangência do poder público na vida da sociedade.²

Mesmo nos países europeus que guardam alguns traços em comum, veremos políticas culturais sendo exercidas de formas totalmente distintas. Na França, por exemplo, o Estado continua sendo o grande "patrão" e a cultura tem papel decisivo no processo político. Ao contrário da Inglaterra que não vê a cultura "como parte de sua 'missão civilizatória' no mundo."³

Na intenção de debater sobre os modelos de políticas culturais existentes, e tentar propor alternativas para o Terceiro Mundo, Branko PRNJAT, em 1981, dirá que "a política cultural é o fator que promove o desenvolvimento cultural e as atividades criadoras no âmbito da cultura, harmonizando-as com as relações sociais vigentes."⁴ PRNJAT passa em revista os **modelos de políticas culturais dominantes**, com ênfase no **modelo tradicional ou burguês**, que - com aplicações diferenciadas em cada país - apresenta como característica básica o fato de que "os meios para a produção cultural e espiritual são da propriedade privada ou estão em mãos da burguesia que detém o poder."⁵ O segundo modelo, o **administrativo estatal**, caracteriza-se por subordinar totalmente a cultura ao Estado. É ele quem centraliza os planos, as responsabilidades, e decide que tipo de cultura deve ser apoiada ou incentivada. Por fim, o autor discorre sobre o **modelo autogestionário**, alertando que ele "não se apresenta totalmente livre das deficiências da velha sociedade."⁶ Seria um processo de destruição dos modelos anteriores, mas "pode ser realizado unicamente a partir das novas relações econômico-sociais, da constituição autogestionária da política social, isto é, da nova disposição do poder

de participar das decisões políticas."⁷ Autogestão para o iugoslavo PRNJAT, parece não ser um conceito intangível como o é para os brasileiros. De qualquer forma, ele destaca que a política cultural autogestionária tem como premissa um modelo político-econômico idem.

O argentino Néstor GARCIA CANCLINI mostra os modelos de políticas culturais praticados na América Latina, ressaltando as cinco variações básicas do **nacional-popular**. A concepção **biológico-telúrica** prende-se à idéia de "nação como sendo um conjunto de indivíduos unidos por laços naturais (...) e irracionais (...) sem considerar as diferenças **sociais** entre os membros de cada nação."⁸ Em segundo lugar, o autor apresenta a concepção **estatista**, isto é, o **nacionalismo populista**, tendo o Estado como o lugar em que os valores nacionais se condensaram."⁹ Na concepção **mercantil**, a política cultural se preocupa com a construção de mercados, uniformizando a produção e diluindo as diferenças individuais. A quarta concepção do nacional-popular é a **militar**, ou o **nacionalismo aquartelado**, conforme denomina GARCIA CANCLINI. Este modelo, vivido recentemente pelo Brasil, tem o exército subordinando o aparelho de Estado; a tendência é suprimir toda participação antiautoritária através da censura e do fechamento de instituições. Finalmente o autor apresenta as **bases para uma política nacional da cultura**, o que seria a concepção **histórico-popular**. Este paradigma concebe "a cultura nacional como a identidade que o povo vai forjando no processo histórico de lutas autônomas", e propõe como estratégia cultural "o desenvolvimento da consciência crítica na práxis destas lutas."¹⁰ Mas o autor lembra que "apesar deste modelo de base e autógeno ter várias décadas, continua existindo mais como reivindicação do que como política."¹¹

Nos textos de PRNJAT e GARCIA CANCLINI, a autogestão emerge como alternativa para uma política cultural onde a democracia não seja mera retórica. Contudo, sempre persistirá a questão da necessidade de reestruturação das bases econômicas e políticas que possibilitem a efetivação de uma política cultural desta ordem.

Em vez de autogestão, autonomia; é o que sugerem Marilena CHAÚÍ e outros, no trabalho que apresenta idéias para uma política cultural do Partido dos

Trabalhadores. Após discorrerem sobre questões de carácter histórico e teórico, sobre os vários usos da cultura, os autores concluem que dentro da perspectiva **democrática e socialista** do PT,

"certamente o projeto de uma política cultural não se restringirá à defesa do direito de todos terem acesso aos bens culturais (consumi-los, contemplá-los), mas será a luta pelo direito de todos a participarem da cultura como criadores."¹²

Alertam para o risco de se conferir à cultura carácter instrumental ou administrativo, repetindo práticas anteriores. Sua idéia é ultrapassá-las, superá-las, e para isto propõem a noção de **autonomia da cultura**, entendida não como isolamento, dispersão e fragmentação social e política, mas como a diferença articulada das várias esferas da prática social.

"Se a autonomia é um trabalho social, político e cultural, não será algo para o futuro, nem será uma auto-regulação espontânea ou técnica da sociedade, da política e da cultura, mas será a realização, os atos concretos de participação para **fazer** a sociedade, a política e a cultura. E no caso da autonomia cultural, será um trabalho histórico no sentido forte da palavra."¹³

Como ponto em comum esses três trabalhos apresentam críticas aos modelos de políticas culturais considerados equivocados, elitistas, instrumentais ou massificadores; em seguida, sugerem, dentro das concepções dos autores, o modelo ideal. Ocorre que entre o que é **realizado** e o que é **ideal** realizar, existe a dificuldade do **como fazer**. Assim, os modelos autógenos e autônomos estariam ainda em nível de projeto intelectual.

Sem sugerir modelos, mas revelando a complexidade do assunto, Martin Cezar FEIJÓ, dá os "primeiros passos" afirmando: "Existem, como veremos, políticas culturais e políticas culturais. Não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura."¹⁴ O autor alerta, ao longo do trabalho, para o carácter instrumental das políticas culturais. Sem fazer grandes digressões teóricas, abre para o leitor o universo controvertido da relação cultura e Estado, lembrando que a prática cultural jamais estará separada da política. FEIJÓ revela que a preocupação - inclusive da UNESCO - com a política cultural a partir dos anos 70, está relacionada com o movimento contracultural que obrigou à revisão de inúmeros

conceitos. Acrescenta: "O sonho não acabou, mas ele passou para a esfera da política."¹⁵

A necessidade de debates sobre política cultural fará com que o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), realizem em 1982, o Seminário *Estado e Cultura no Brasil: anos 70*, resultando numa coletânea de textos organizada por Sérgio Miceli. Nesta coletânea, dois ensaios se completam: *Teoria e Prática da Política Cultural Oficial no Brasil*, do próprio Miceli, e *Concepção Oficial da Política Cultural nos Anos 70* de Gabriel Cohn.

Segundo MICELI, para muitas pessoas a década de 70 se caracterizou pelo mecenato do Estado, que sustentou "atividades e gêneros artísticos às voltas com o público declinante."¹⁶ Para o autor, esta tendência "previdenciária" é resultado de fortes pressões de setores em dificuldades. Intervenção que dá a tônica "conservacionista" da política cultural oficial. A ênfase para os trabalhos referentes à conservação do patrimônio histórico e artístico "nacional" gozou de certo consenso no meio cultural. Parcela significativa dos recursos da área cultural era canalizada para as frentes patrimonialistas, ou para elementos às voltas com projetos de preservação, embora fosse grande o conflito entre as vertentes "patrimonial" e "executiva" do Ministério da Educação e Cultura.

Para Gabriel COHN, a tentativa de elaboração de uma política nacional de cultura, teve no início dos anos 70, um objetivo bem definido: "a codificação do controle sobre o processo cultural."¹⁷ Controle visto como necessário por um regime que se encontrava em desvantagem nesta área. Para isto, as *Diretrizes para uma Política Cultural* de 1973, dão à cultura uma ampla caracterização, subordinando-a à segurança e ao desenvolvimento. Em 1975, a *Política Nacional de Cultura* apresenta os mesmos fundamentos das *Diretrizes*. Reflete a "combinação entre uma concepção **essencialista** e uma concepção **instrumental**": somente a "plena realização do homem brasileiro como pessoa", levará ao fortalecimento e consolidação da "nacionalidade".¹⁸ A postura antielitista da *Política* pretende

salvaguardar, dentro do espírito humanista, "'o respeito à espontaneidade da criação popular'."19

A preocupação com o patrimônio histórico e artístico define a diretriz básica da *Política*, que tem como objetivo: fazer emergir o "caracteristicamente nosso", triar "traços culturais 'perversos'", e "suprir de conteúdos e significações da 'alma brasileira' as metas de segurança e desenvolvimento."20 O binômio segurança e desenvolvimento ainda está presente na gestão seguinte (Eduardo Portella). Contudo, há claras resistências à vertente "patrimonial". Nesse período, o "nacional" dá lugar ao "regional" e à valorização do "local". Pontos para a vertente "executiva" do Ministério, que agora privilegia a "cultura da sobrevivência" e da "subsistência."21

No final da década haverá a tendência de se pensar a questão cultural - principalmente a memória nacional - a partir de uma concepção que buscava ser "dinâmica, aberta ao processo histórico da sociedade."22 Essas tentativas foram resultados de necessidades vitais para o projeto político do Estado autoritário. Ainda assim, elas foram únicas. Jamais houve qualquer outro esforço no sentido de "delinear os contornos globais de uma política nacional de cultura."23

COHN prossegue sua reflexão em outro trabalho que focaliza o período de 1975 a 1985. Segundo o autor, apesar das mudanças ocorridas no cenário político, ainda persistem "certos temas e formulações básicas."24 A gestão Aluísio Pimenta concebe cultura como um potencial de "resistência à dominação hegemônica", à "descolonização". A tônica é lutar contra a degradação da cultura. Com Celso Furtado tem lugar a noção de cultura como fonte de criatividade, e uma política cultural deve ampliar suas preocupações para as áreas da saúde, educação, habitação e tantas outras. Afirma o autor que neste ponto "o processo de socialização e politização da concepção de cultura atinge o seu ápice."25 Aliás, esta noção ampla vincula-se muito de perto aos enunciados de Furtado sobre a cultura como fator de desenvolvimento econômico. É o potencial simbólico abrindo espaço no mercado. A Lei Sarney, introduzindo o mecenato privado, seria o instrumento básico de modernização da política cultural; pretendia oferecer a "todos" a possibilidade de fazer política cultural. Os momentos são distintos, mas uma constante que atravessa a todos eles é a **dificuldade de se delimitar o conceito**

de cultura, que oscila entre o amplo e o restrito. Enfaticamente o autor conclui: a cultura "não é rebelde aos conceitos, mas à rigidez conceitual; demanda flexibilidade de pensamento e ação."²⁶

A utilização de conceito demasiado amplo de cultura é também a preocupação de Regina C. S. LOPES, que lembrando a concepção adotada na gestão Celso Furtado, adverte que "tecnicamente o Estado seria incapaz de identificar a necessidade e reivindicação dos segmentos interessados."²⁷ Neste sentido, a multiplicação de órgãos oficiais de cultura pouco colaborou para a resolução dos embates na área; a imprecisão de conceitos ainda permanece. O Ministério da Cultura, cuja criação pretensamente acenava para a solução dos problemas, se revelou um órgão extremamente contaminado pelos vícios de toda a estrutura governamental do país. A cultura, então, passou a ser a "última aquisição dos políticos."²⁸

Diante da ingerência do órgão, aqueles que antes lutaram por sua criação, agora se perguntam: "Para que um Ministério da Cultura?" No ano anterior à criação, José Mindlin alertava:

"Fala-se muito em Ministério da Cultura. Não creio que seja uma prioridade. Para mim, o Ministério deve ser um resultado do desenvolvimento da cultura, e não o desenvolvimento ser um resultado da existência do Ministério."²⁹

Pensar que o MinC resolveria de vez os impasses do campo cultural foi um grande e ingênuo equívoco. O papel do Estado na cultura jamais foi definido em seus termos ideais. Enorme tempo seria consumido na estruturação burocrática do Ministério. E sem que tivesse sido delineada uma política cultural, o órgão foi extinto.

O debate perdia fôlego devido até ao esvaziamento das ações do Ministério, quando em 1988 Luiz F. M. CASTRO, ainda insistia na necessidade de "reformulação teórica no estudo da política cultural."³⁰ Para o autor, é essencial repensar a relação Estado e cultura, e uma política cultural verdadeira passaria pela **superação das concepções oficiais até então praticadas**. Isto só seria possível com o fortalecimento das organizações da sociedade civil e o enfraquecimento do Estado, que deixaria de ser o centro da vida da sociedade.

Vimos as noções de cultura e de política cultural oscilarem sempre entre conceitos muito amplos e muito restritos. De um lado, uma abrangência que inviabiliza qualquer ação; de outro, uma visão extremamente setORIZADA que não se articula com os demais processos sociais.

Anamaria FADUL preocupa-se com a exclusão da educação, e principalmente da comunicação, dos debates sobre política cultural. A seu ver, não é possível negar a contribuição dos meios de comunicação para o processo cultural brasileiro. Na década de 80, a aproximação um tanto "perigosa" de intelectuais e políticos redundaria nas mesmas discussões equivocadas dos anos 70. Os meios de comunicação de massa continuaram sendo vistos apenas como instrumentos manipuladores de consciências.

"A superação de políticas culturais autoritárias resultantes de uma visão de classe só é possível a partir do momento em que se introduzir no discurso sobre cultura a dimensão da fantasia, do lúdico e da gratuidade. **Ideologizar todos os discursos, até mesmo aquele do lazer, significa reduzir o homem a uma única dimensão.**"³¹

A excessiva ideologização e politização da cultura reduzem-na a um aspecto unívoco. Sem dúvida, ela "é uma prática social, a mais abrangente de todas elas, e aquela que atravessa todas as demais."³² Mas quem se recusa a encarar o caráter multifacetado da cultura e submetê-la unicamente a planos e políticas, "faz má cultura e má política: má cultura porque a subordina à lógica do jogo do poder, e má política porque não se dá conta de que o processo cultural a atravessa de ponta a ponta."³³

NOTAS E CITAÇÕES

- 1-FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 79p. p.11-12
- 2-MICELI, Sérgio. As tradições do mecenato europeu nos campos das artes cênicas, da música e da rádio-televisão. *In:---*, GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ IDESP/FINEP, 1985. p.11-33 p.11
- 3-*Ibid.* p.25
- 4-PRNJAT, Branko. Modelos de política cultural: em busca da identidade cultural dos países do Terceiro Mundo. **Socialismo e Democracia**, São Paulo, v.2, n.8, p.61-80, out./dez. 1985. p.61
- 5-*Ibid.* p.67
- 6-*Ibid.* p.74
- 7-*Ibid.* p.76
- 8-GARCIA CANCLINI, Néstor. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.2, p.39-51, jul. 1983. p.40 (grifo do autor)
- 9-*Ibid.* p.42
- 10-*Ibid.* p.48
- 11-*Ibid.* p.48
- 12-CHAUÍ, Marilena *et al.* **Política cultural**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 78p. p.72
- 13-*Ibid.* p.76 (grifo dos autores)
- 14-FEIJÓ, Martin Cezar. *Op.cit.* (nota 1) p.9
- 15-*Ibid.* p.74
- 16-MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. *In: ---.(org) Estado e cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.97-111 p.99
- 17-COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. *In: MICELI, Sérgio. Op.cit* (nota 16) p.85-96 p.88
- 18-*Ibid.* p.92 (grifo do autor)
- 19-*Ibid.* p.93
- 20-MICELI, Sérgio. *Op.cit.* (nota 16) p.106
- 21-*Ibid.* p.108-109
- 22-COHN, Gabriel. *Op.cit.* (nota 17) p.94

23-*Ibid.* p.94-95

24-COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.7-10, 1987. p.7

25-*Ibid.* p.8

26-*Ibid.* p.10

27-LOPES, Regina Clara S. A propósito de política cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.26-29, 1987. p.27

28-*Ibid.* p.28

29-ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, I., 1984, Ouro Preto/Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1985. 415p. p.30

30-CASTRO, Luiz Felipe Meira. O estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.21-35, jan. 1989. p.32

31-FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. *In*: MELO, José Marques de(org) **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.180-209 p.208 (grifo meu)

32-COHN, Gabriel. *Op.cit.* (nota 24) p.10

33-*Ibid.* p.10

4 - CULTURA, ESTADO E O INTELLECTUAL CAPTURADO PELO PODER

UM RECORTE TEÓRICO

A noção de cultura é ao mesmo tempo complexa e fluida, prestando-se a várias idéias e práticas. Um ponto de consenso seria a preocupação constante do Estado e dos teóricos a seu respeito.

Servindo a formulações diversas, a cultura tem sido tratada pela esfera governamental, dentro da concepção mais adequada aos interesses políticos específicos, sendo enfatizados os aspectos que legitimam os projetos governamentais da área cultural.

Gabriel COHN¹ lembra que ainda que os vários conceitos de cultura pareçam abstratos, eles "são entretanto inseparáveis de propostas mais específicas relativas aos portadores efetivos do processo cultural, até porque só ganham sentido na formulação de diretrizes práticas pelas instâncias oficiais", o que chamaríamos de **políticas culturais**.²

Assim, pode-se dizer que não existe uma política cultural, mas **políticas culturais** praticadas por diferentes governos durante os tempos, incluindo-se as políticas não explicitadas em documentos específicos, mas diluídas na massa de outras políticas sociais.

A elaboração e prática de uma política cultural estão intimamente relacionadas com a noção de cultura que se adota.

Para Félix GUATTARI, cultura é uma palavra-cilada, que no curso da história adquiriu basicamente três sentidos: **cultura-valor**, relacionada com a posse ou não da cultura por determinado indivíduo ou grupo, corresponde a um **juízo de valor**, onde o poder é legitimado pelo conhecimento, o saber. No sentido de **alma coletiva**, a cultura é tomada como **sinônimo de civilização**: "Desta vez, já não há

mais o par 'ter ou não ter': todo mundo tem cultura." E finalmente, **cultura-mercadoria**, onde

"cultura são todos os bens: todos os equipamentos(...),todas as pessoas(...), todas as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, enfim, tudo que contribui para a produção de objetos semióticos(...), difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal."³

O autor mostra que esses três sentidos continuam a existir nos dias de hoje, não isoladamente, mas de forma simultânea.

Sem excluir a classificação de Guattari, é importante acrescentar as duas formas mais comuns de tratamento do conceito de cultura no Brasil de hoje. José Luiz dos SANTOS,⁴ Luis MILANESI,⁵ e Marilena CHAUI e outros,⁶ concordam que a noção de cultura remete a um sentido **amplo**, relacionado com a totalidade das práticas sociais e históricas dos homens; e a um sentido **restrito**, caracterizado por práticas específicas e diferenciadas de grupos, com a produção de idéias e conhecimentos. Esses dois planos, embora diferentes, estão estreitamente relacionados, visto que a produção dos bens culturais se dá a partir de determinados referenciais dentro da dinâmica social.

O sentido **amplo** refere-se à **cultura-alma coletiva**; o **restrito**, aos bens culturais, cuja posse como **cultura-mercadoria**, determinará o sentido de **cultura-valor** mencionado por Guattari.

Além dessa distinção em termos de abrangência do conceito de cultura - sua amplitude ou restrição - é relevante verificar a distinção em termos de dinâmica, elaborada por Alfredo BOSI. Para o autor, a cultura assume basicamente duas formas. Pode ser tomada como **cultura inerte**, que se resume à posse de objetos e coisas desfrutáveis; é a cultura como mercadoria descartável. Esta idéia traz como consequência, a divisão entre os homens possuidores e apreciadores da cultura como coisa estante e inercial, e os incultos, que nada detêm deste saber oficial e legitimado. A outra concepção, diametralmente oposta, é a **cultura como processo**, sugerida pela própria etimologia da palavra cultura no sentido de cultivo, elaboração. É a noção da dinâmica cultural como trabalho, como resultado de vida,

pois "cultura é vida pensada."⁷ Assim, a cultura só terá importância para os indivíduos a partir do momento em que ela for uma parcela de seu cotidiano e não mera contemplação.

Conforme dito anteriormente, a cultura assume determinada concepção dependendo principalmente da opção de tratamento na esfera estatal. Da mesma forma, a relação dos intelectuais com a cultura se caracteriza de diferentes maneiras. Depende não somente do momento histórico. É também consequência da capacidade do intelectual em definir seu papel, a partir de um poder que o saber lhe confere.

O intelectual, sujeito que vive a relação mais explícita entre a teoria e a prática, desempenha papel ambíguo na história, principalmente quando "capturado" pelo poder.

Segundo FOUCAULT, até meados deste século, o intelectual trabalhava no **universal**, era detentor de uma consciência cosmopolita, "portador de significações e de valores em que todos podem se reconhecer."⁸ A partir da atuação em setores determinados, desenvolve-se a figura do intelectual **específico**, de saber especializado e local. Este intelectual tende a se tornar cada vez mais importante, passando a assumir responsabilidades políticas dentro de seus domínios.

O intelectual do tipo **específico** vai se desdobrando em vários papéis e formas de atuação, oferecendo tratamento diversificados à questão cultural.

Inicialmente temos o intelectual **revolucionário** e o **populista**. O que há de comum entre eles é que ambos falam em nome de uma massa de pessoas que supostamente não tem conhecimento ou consciência de sua condição.⁹

O que os diferencia é o fato de que o **revolucionário** coloca-se numa posição de superioridade, de quem caminha à frente. Como pede Lênin, ele rejeita os espontaneísmos e age como força externa capaz de construir a identidade do povo. No plano da cultura este intelectual busca levar àquela massa, a consciência de sua

realidade (cultura-alma coletiva) e o faz de um lugar privilegiado que o saber (cultura-valor) que detém lhe permite.

O intelectual **populista**¹⁰ embora também fale pelo povo, o faz **disfarçado** de povo, travestido de uma condição que não é a sua. Rejeita a cultura das elites (cultura-valor), sob a pretensão de mostrar a importância da cultura popular (alma coletiva). Esta, alienada, tornar-se-á libertadora pelo toque de uma "vanguarda esclarecida". No Brasil, o exemplo mais contundente é o dos CPCs nos anos 60.

Segundo GRAMSCI, os intelectuais assumiram, no processo histórico, diversas formas. Duas, no entanto, são mais importantes, pois em ambas os intelectuais realizam funções conectivas. Primeiro o autor discorre sobre o intelectual **tradicional**, aquele identificado com as elites; conservador, não pretende necessariamente que sua atuação importe em mudanças no sentido de democratização da sociedade. É o representante "de uma continuidade histórica ininterrupta."¹¹ Este tipo de intelectual foi muito evidente nas instituições oficiais brasileiras nos anos 30. Já o intelectual **orgânico** é criado por grupos sociais emergentes, com a função de dar-lhes homogeneidade e consciência em todos os campos sociais. Por opção pode estar ao lado do povo - o que depende do grupo ou classe a que se liga - mas não fala por ele.

Tão ou talvez mais importantes que as elaborações conceituais auto-identificadoras ou atribuídas, são as estratégias de atuação dos intelectuais, determinadas pelas opções que fazem frente ao poder estatal. Da mesma forma que o poder não é harmônico, também os intelectuais não formam um grupo homogêneo, mas vale ressaltar algumas formas de práticas culturais, decorrentes da interação entre estes dois elementos - Estado e intelectuais.

Uma delas seria a de buscar através da cultura, o cosmopolitismo ou o nativismo exacerbados, ou o que é comum no Brasil, tentar transpor para a esfera global o que é local, em nome de uma identidade cultural brasileira.¹²

Outra prática usual no Brasil tem sido o populismo, que em momentos diferentes tenta assegurar à cultura, principalmente a popular, seu lugar no contexto nacional.

Há vezes em que o populismo apresenta uma visão romântica da cultura produzida pelas "classes alienadas", noutras ele se reveste de cientificidade e objetividade a fim de "dar consciência" à cultura popular. Ambas as práticas têm caráter assistencialista - próximas também do paternalismo - com a pretensão de remediar situações ou suprir carências daquelas classes.¹³

Atrelado ao populismo, surge o caráter demagógico no discurso dos governantes e intelectuais, simulando desejos e interesses que se supõem presentes na população.

Essas são formas diferentes de autoritarismo, praticado ora pelo Estado, ora por uma elite de intelectuais que fala pelas classes populares.

É prudente acrescentar que tanto as categorias, quanto as estratégias não são estanques, elas se imbricam, se misturam. A diferenciação aqui apresentada tem sobretudo caráter esclarecedor e didático. No entanto, esses vários papéis assumidos pelos intelectuais revelam um grande dilema, e a busca de **posicionamentos que articulem teoria e prática**. Prática como avanço da teoria e não antagônica a ela.¹⁴

Mas o dilema maior relaciona-se com a seguinte questão: o intelectual deve ou não estar dentro das lutas sociais? O distanciamento da paixão da luta faz do intelectual um sujeito "solto" e lhe confere força, que paradoxalmente é a fonte de sua debilidade, de sua prática inócua.¹⁵

Essas questões parecem revelar um horizonte onde não há lugar para o intelectual progressista nos órgãos governamentais. **Mas como ser agente do processo de democratização da sociedade sem estar dentro das instituições?**

Certamente fora delas é que isto não seria possível, no que concorda Suely ROLNIK:

"A sensação de que as instituições são territórios contaminados e que, por isso, nada se deve investir nelas cumpre, muitas vezes, um papel defensivo. (...) Não é fingindo que as instituições não existem que se vai transformá-las."¹⁶

Leandro KONDER enfatiza a importância da atuação do intelectual no Estado, apesar de toda a complexidade, dizendo que isto

"é, certamente mais sensato do que se encastelar numa posição de recusa ética da esfera estatal, isto é, prestar aos detentores do poder o favor de renunciar a algumas modalidades mais eficientes de combatê-los."¹⁷

É semelhante o pensamento de FOUCAULT para quem

"o papel do intelectual não é o de se colocar 'um pouco à frente ou um pouco ao lado' para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da 'verdade', da 'consciência', do discurso."¹⁸

Acostumados a ver o poder público impregnado de características negativas, surpreende-nos o depoimento de GILBERTO GIL¹⁹ na época em que esteve à frente da **Fundação Gregório de Mattos** em Salvador: "Você ao estar no poder público torna-se elemento propiciador da chegada de outras visões de poder, de outros desejos de utilização do poder, para outras coisas, outros avanços."²⁰

O conceito de poder tem sofrido vários deslocamentos, revelando seu caráter maléfico. Não sem razão, mas porque ele, muitas vezes, se revestiu realmente com a capa demoníaca da força física, da repressão e da violência.

A idéia da possibilidade de utilização do poder sob novas - e benéficas - formas, parece tão quimérica quanto a não existência do poder, principalmente o estatal. Isto porque o caráter **negativo** da atuação do Estado é de tal forma contundente e historicamente arraigado que ofusca potenciais oportunidades de se agir dentro dele, como canal para se conseguir avanços na ordem social.

Mas o fato é que, enquanto relação social, o Estado é o "lugar do poder político, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como o interesse geral." É um poder juridicamente instituído, cujas ações refletem o resultado da correlação de forças sociais. Assim, ele "não está somente em função dos interesses da classe dominante, Ele pode integrar, transformar estimular certos interesses das classes

dominadas."²¹ Percebe-se aí uma **ambigüidade do papel do Estado**, mas é justamente ela que revela possibilidades de transformações na sociedade.

Logicamente, dentro desse campo de batalhas que é o Estado, as forças dominantes possuem recursos e redes de influência e mando que aplicam, exercitando o poder mais facilmente.

Um dos recursos de manutenção do poder enquanto hierarquia e autoridade é a burocracia, **que está presente no aparelho estatal independente do grupo que aí estiver instalado**. Ela vai fazer fluir a autoridade vertical mesmo nos domínios de interesses não convergentes. WEBER²² lembra que democratização e burocracia não coadunam, são conceitos antagônicos. Este conflito vai revelar outro dilema: como fazer novos usos do poder se a teia burocrática jamais permitirá sua democratização? Como a prática democrática poderia atravessar os obstáculos burocráticos?

Não é prudente formular receitas ou pensar em soluções que atendam às exigências de nosso imediatismo.

No caso específico do Brasil, onde a progressiva redemocratização joga em cena o intelectual como ator político, é possível insinuar - sem caráter prescritivo - **que seu saber deverá estar a serviço do desvendamento dos conflitos que sua inserção no círculo do poder irá revelar**. Além de denunciar práticas que não convivem com a democratização, deverá descobrir brechas que acenem para novos usos do poder. Mas principalmente, **seu saber e sua posição precisarão estar a serviço da descoberta de seu papel e de suas próprias atitudes**. Com coragem bastante para assumir os riscos que a autocrítica fará emergir.

NOTAS E CITAÇÕES

- 1-COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo Cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.7-10, 1987. p.7
 - 2-Os vários tratamentos dados à cultura podem ser observados em dois momentos na Parte I deste trabalho: o Capítulo 2 refere-se às nuances da relação cultura e Estado no Brasil; o Capítulo 3 faz uma revisão em nível geral das políticas culturais.
 - 3-GUATTARI, F., ROLNIK, S.. Cultura, um conceito reacionário? *In:---*. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 327p. p.15-24
 - 4-SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 89p. p.24
 - 5-MILANESI, L. **Centro de cultura: forma e função**. São Paulo: Hucitec, 1990. 91p. p.62
 - 6-CHAUÍ, M. *et al.* **Política cultural**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 78p. p.11
 - 7-BOSI, A. Cultura como tradição. *In: BORNHEIM, Gerd et al.* **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152p. p.31-58
 - 8-FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8.ed. São Paulo: Graal, 1989. 295p. p.1-37 Verdade e poder
 - 9-As elaborações de intelectual populista e de intelectual revolucionário são feitas a partir de:
GONZALES, H. **O que são intelectuais**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 130p.
 - 10-A noção de intelectual populista não se identifica, necessariamente, com a de populismo político.
 - 11-GRAMSCI, Antônio. Problemas da vida cultural. *In: ---.* **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 421p. p.343-357
 - 12-KONDER, L. O Estado e os problemas da vida cultural no Brasil de hoje. **Rev. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.11-17, 1987 p.16
 - 13-CHAUÍ, Marilena *et al.* *Op.cit.* (nota 6) p.28-29
 - 14-"A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro". Esta afirmação de Gilles Deleuze pode ser verificada em:
FOUCAULT, M., DELEUZE, G.. Os intelectuais e o poder. *In: FOUCAULT, M.* *Op.cit.* (nota 8) p.69-70
 - 15-GONZALES, Horácio. *Op.cit.* (nota 9) p.11
 - 16-GUATTARI, F., ROLNIK, S.. Subjetividade e história. *In: ---.* *Op.cit.* (nota 3) p.73-89 p.87
 - 17-KONDER, Leandro. *Op.cit.* (nota 12) p.14
 - 18-FOUCAULT, M., DELEUZE, G.. *Op.cit.* (nota 8) p.71
- Utilizando a expressão "um pouco à frente ou um pouco ao lado". o autor parece se referir a Lênin (intelectual revolucionário) e Gramsci (intelectual orgânico), respectivamente.
- 19-CAPINAN/GIL: eternos parceiros. [*S.l.: s.n., 198-*] p.9-18 p.12

20-A Fundação Gregório de Mattos da cidade da Salvador(BA) equivale, em competência e *status*, a uma secretaria municipal de cultura.

21-Conceito de Estado desenvolvido por Nicos Poulantzas, citado em:

FALEIROS, Vicente de Paula. Ideologia liberal e políticas sociais no capitalismo avançado. *In: ---. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985. 175p. p.41-53

22-WEBER, M. Burocracia. *In: ---. Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, c1963. 530p. p.229-282

5 - UM OLHAR SOBRE O OBJETO

Em 1982, na cidade de **Uberlândia**, interior de Minas Gerais, iria acontecer o que ficou conhecido como "a grande virada". Até então governada por figuras conservadoras, com tradição de permanência do executivo nas mãos de tradicionalistas, a eleição de 15 de novembro iria levar à Prefeitura um candidato ainda desconhecido; um "progressista" do PMDB, que tivera sua campanha pautada num amplo programa de reformas e mudanças. Assim, a chegada de **Zaire Rezende** à Prefeitura propiciará a realização de vários projetos antes considerados menos importantes, como a criação da Secretaria de Cultura.

A *Proposta para Ação do Governo Municipal* que Zaire Rezende apresentara enquanto candidato já falava da necessidade de uma Secretaria de Cultura e de uma política cultural para a cidade. Assim, ela seria criada pela Lei 3.955 (09.09.83) da Reforma Administrativa, e implantada em fevereiro de 1984.

Nas gestões anteriores, a palavra **cultura** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura não significava uma vertente de ação, antes, mera composição formal. Até este momento, a elite que dominava o ambiente político demonstrava total desprezo pelas manifestações da cultura local. A **Banda Municipal** e a **Biblioteca Pública**, ambas criadas na década de 40, representavam as únicas estruturas oficiais para a cultura.

Movimentos esparsos e efêmeros aconteciam nas áreas de teatro, literatura e artes plásticas. Grupos dos movimentos culturais reivindicavam maior preocupação com a cultura local, negligenciada pelos governos municipais. Era momento de mudanças nacionais, a brisa da abertura política, que antecipava a chegada da Nova República e toda a carga de esperança que ela trazia, soprava pelo país. O debate sobre a questão cultural já se realizava e qualquer governo que se instalasse na administração municipal a partir de 1983 teria que dar respostas às aspirações dos grupos culturais.

Implantada a Secretaria, vai se formando o quadro de pessoal que investe num trabalho que já revela alguns contornos da ação cultural. Após estudos, esta ação

transforma-se no documento definitivo da **Política Cultural**, divulgado em 1986. A diretriz básica da Secretaria tinha por meta

"possibilitar, através de uma postura política mais aberta, uma ativa participação da comunidade, garantindo a ela a oportunidade de discutir, opinar e decidir sobre as questões relativas às atividades culturais do Município."¹

Também como resultado dos estudos e da prática do trabalho, veio o traçado final do organograma, após várias modificações e ajustes. Com o objetivo de efetivar a proposta de descentralização, a Secretaria buscou uma estrutura que oferecesse uma abertura das oportunidades de acesso dos movimentos culturais, criando três Divisões.

DIVISÃO DE BIBLIOTECAS

Esta Divisão foi estruturada a partir da Biblioteca Pública Municipal, com a proposta de implantar uma nova política de atendimento que ampliasse seu alcance.

Além da diversificação de serviços básicos aos usuários, foi desenvolvida uma ação cultural voltada não somente para a valorização da leitura. Objetivando abrir espaço para outros tipos de expressão, foram criadas as Atividades de Extensão Cultural e a Sala Infantil - posteriormente **Seção de Extensão Cultural** e **Seção Infantil** - que se revelaram como alternativas principalmente para artistas iniciantes.

Visando descentralizar a prestação de serviços, foram implantados o **Carro-Biblioteca** e as **Caixas-Estantes**, que possibilitariam às pessoas de bairros periféricos o acesso à informação. Nestes serviços é que se dava a convivência mais verdadeira do leitor com a leitura. O pequeno acervo não oferecia obras para consulta, nem livros adotados pelas escolas. Os usuários buscavam os serviços por mero prazer.

DIVISÃO DE CULTURA

Esta é a Divisão que se articulava mais intimamente com os diversos segmentos culturais da cidade. Além de desenvolver a programação de eventos em todas as formas de manifestações, oferecia apoio material - equipamentos de som, luz e palcos móveis - financeiro e humano aos grupos culturais. É relevante destacar que havia a preocupação de realizar eventos que deixassem lastro, que não tivessem apenas caráter episódico; geralmente estes eventos não aconteciam isoladamente e sim dentro de um contexto que garantisse sua continuidade.

Também sob a responsabilidade desta Divisão estavam as duas **galerias de arte**, os dois **teatros**, a **Banda Municipal** e a **Casa da Cultura** - com espaços para projeções, recitais, reuniões e oficinas de artes gráficas.

A Divisão de Cultura contava ainda com o **Projeto Circo**, um **Centro Cultural Itinerante** que percorria periodicamente os bairros mais distantes do centro da cidade. A programação do Circo era desenvolvida pela equipe de apoio, formada por elementos da Secretaria e do bairro onde ele estivesse instalado. O Circo não trabalhava "dentro de uma proposta de eventos", mas procurava "desenvolver e sedimentar um movimento cultural dinâmico" que mobilizaria as "forças vivas do bairro."²

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A implantação desta Divisão foi a que mais tardou. Primeiro por falta de profissionais especializados. Além disto, a problemática do patrimônio, principalmente o arquitetônico, requer uma legislação mais ampla de uso e ocupação do solo, que fatalmente esbarra em questões de ordem econômica e burocrática.

Criada com o objetivo de promover uma política de preservação do patrimônio cultural do município, esta Divisão articulava sua ação com o **COMPHAC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia)**, órgão de assessoramento com a função de ampliar a discussão acerca da política de preservação.

A Divisão de Patrimônio Histórico criou, além do **Arquivo Público Municipal**, o **Museu de Ofícios**. A denominação "de Ofícios" deve-se ao caráter do acervo, composto por peças representativas de determinadas profissões relevantes na história do município. A proposta do Museu não se restringia à preservação, catalogação e exposição de objetos. As mostras periódicas, enfocando profissões específicas, eram montadas após um trabalho de pesquisa que buscava em fontes documentais, conteúdos significativos sobre a evolução daqueles ofícios no município.

A experiência da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia pode ser considerada pioneira no interior do Estado de Minas Gerais, tanto pela data de sua implantação, quanto por sua estrutura orgânica e pelo quadro de pessoal, selecionado de forma a estar em sintonia - envolvido e qualificado - com o projeto da **Democracia Participativa**.³

Obviamente, não foi sem conflitos que tudo aconteceu. Os segmentos que dominam a economia da cidade se posicionavam abertamente contra a política social da administração Zaire Rezende, e como se poderia esperar, contra a política cultural. Não se conseguiu na cidade financiamentos para projetos de maior envergadura. Quando se obtinha apoio para pequenos projetos, muitas empresas preferiam não ter seus nomes divulgados em cartazes e convites.

Com a elite cultural, representante deste poder econômico, o relacionamento foi difícil, porque priorizou-se investir os recursos do orçamento reduzido em projetos voltados para aqueles grupos até então desprezados pelo poder público. Assim, o Circo muitas vezes foi pejorativamente chamado de "o cirquinho do Zaire"; a Biblioteca Pública, com exposições, *shows*, oficinas, era "uma verdadeira bagunça".

Além do mais, a Secretaria lidou com as incompatibilidades e descontinuidades das propostas em nível estadual e federal.

Apesar dos entraves, a Secretaria de Cultura, dentre as demais, parece ter sido o espaço privilegiado onde a paixão pelo trabalho e o ideal democrático se apossaram das pessoas. Foram anos produtivos e enriquecedores, e principalmente nisto reside a motivação deste estudo e o resgate daquela experiência.

NOTAS E CITAÇÕES

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Cultura. **Política Cultural**. Uberlândia, 1986.

2-*Ibid.*

3-Como ficou conhecida a administração do governo Zaire Rezende por ter sido este o *slogan* de sua propaganda nos órgãos de imprensa.

PARTE II

I - MEMÓRIA DA PESQUISA

Um grande número de autores é unânime em defender a necessidade de discussão de métodos e técnicas empregados em pesquisas qualitativas, principalmente porque eles vêm sendo utilizados indiscriminadamente, na tentativa de legitimar um empiricismo exagerado, em negação de um positivismo quantitativista.¹ Mas falta a reflexão metodológica, ou ela não tem sido conduzida na maioria das pesquisas.

Ora, não é prudente utilizar métodos qualitativos apenas como instrumento de oposição ao "positivismo quantitativista". O método não se justifica por si só e nem deve ser fruto de modismos.

Os métodos qualitativos foram introduzidos como forma de conferir maior subjetividade e até maior envolvimento emocional do pesquisador com o seu objeto de pesquisa; necessidade reclamada pela crítica aos métodos quantitativos. Mas isto não significa que nessas pesquisas o rigor científico deva ser abandonado.

Na tentativa de pensar o método empregado, elaborei este capítulo no qual utilizo basicamente a primeira pessoa. Ele apresenta a memória analítica e crítica da pesquisa desde a definição do problema.

Utilizei o caderno de campo para registro da memória e como instrumento de controle da subjetividade - ou da objetividade. Todas as questões relevantes, que oferecessem conflitos, ou que fossem resultado de decisões sobre a forma de conduzir o trabalho, além das notas importantes de leituras, foram ali registradas. E se antes ele era para mim apenas uma peça do "folclore antropológico", depois se revelou como um importante instrumento de trabalho.

Ressalto que este capítulo não faz uma discussão da metodologia enquanto disciplina do conhecimento e sim da prática da pesquisa e do contexto da descoberta, revelando procedimentos presentes no cotidiano do trabalho.²

ESCOLHENDO O PROBLEMA

É a relação anterior com uma questão que define para a maioria dos pesquisadores o seu objeto de pesquisa. E como resultado de uma relação de vida, não sabemos se somos escolhidos ou se escolhemos.

Fato é que seria inviável eleger como tema de pesquisa qualquer assunto que não fornecesse indagações provocadoras de motivação bastante para vencer os obstáculos que o caminho revela.

No período de 1984 a 1988, trabalhei na **Divisão de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia**, e entrando para o **Mestrado em Biblioteconomia** pensava em fechar o foco de minha pesquisa em questões relativas à biblioteca pública no Brasil. Não era pretensão repetir estudos fastidiosos sobre a ineficiência da instituição, como forma de comprovar uma situação óbvia de descaso do poder público. Seria redundante, cansativo e sem motivação. Antes, pretendia pesquisar, ou dar continuidade às pesquisas sobre ação cultural em bibliotecas públicas, o que a meu ver é uma forma de avançar nas propostas e vencer todo aquele descomprometimento.

Mas aquela experiência de trabalho se mostrava muito rica e não se restringia aos limites de ação da Divisão de Bibliotecas. O que aconteceu naqueles cinco anos foi uma tentativa de articulação de todos os segmentos culturais dentro da proposta de Política Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia. Seria empobrecedor reduzir o objeto de estudo à experiência da Divisão de Bibliotecas, tendo todo um universo maior no qual ela orbitava e com o qual se relacionava tão intimamente e nas mesmas razões que os outros braços daquela Secretaria.

Assim, a justificativa do projeto de pesquisa fecha com as seguintes considerações:

"Aquele período me proporcionou novas visões, dentre elas, a de uma Biblioteca Pública dinâmica e participante efetiva do processo de elaboração e prática de uma política cultural.

Além disso, é inequívoca a relação da Biblioteconomia com as políticas governamentais e os aspectos sociais que definem as ações da Biblioteca Pública."³

É notória a urgência e a necessidade que percebi de situar a Biblioteca Pública dentro do contexto que condiciona suas práticas. Não havia interesse em menosprezar pesquisas anteriores e sim a tentativa de ver a Biblioteca Pública como mais um elemento fazedor da ação cultural, interagindo com outros organismos e com a coletividade.

A etapa que seguiu à escolha do tema foi repleta de questões obscuras, ainda sem possibilidade de completa verbalização, surgidas como fruto da experiência sentida e não como resultado de um trabalho teoricamente estruturado. Elegei o assunto **Política Cultural** motivada pelo trabalho na Secretaria e pelo questionamento que a ambigüidade da relação cultura e poder provoca, e como nós, os agentes deste poder, interferimos nesta relação. Vejo aí uma motivação inequívoca para qualquer pesquisa, ou seja, a contradição. Explicitei esta contradição pensando nas duas esferas: **cultura**, como sinônimo de liberdade, felicidade e prazer; e **poder** significando controle, burocracia e trabalho. A elaboração parece reducionista mas foi fundamental para clarificar o que pretendia analisar.

Que material pesquisar? Tratando-se da história recente, passada numa cidade do interior, não existem documentos já elaborados nos quais eu pudesse realizar um trabalho de análise.⁴ A fim de verificar o papel dos agentes culturais, que denomino intelectuais, seria necessário dar-lhes a palavra e buscar verificar pela análise das falas, sua forma de atuação. Complementando, ou contrapondo a eles, estariam os elementos do "outro lado", os produtores culturais da cidade. A coleta de dados através de entrevistas gravadas se mostrou como única alternativa, além de oferecer grande desafio, o que em si é positivo.

Assim, após leituras direcionadas para as questões levantadas, o projeto de pesquisa tomou corpo.

Não são incomuns as crises existenciais, a tensão e a insegurança que perpassam o desafio da elaboração da dissertação e do projeto.⁵ Imagino que muitos mestrandos se vêm atormentados buscando justificar a validade de sua pesquisa, principalmente quando alguma circunstância externa depõe contra ela.

Uma das reflexões que registrei no caderno de campo diz respeito à minha insegurança por abordar o assunto **política cultural**:

"Como refletir sobre cultura neste momento (1990), quando o sistema está sendo implodido pelo governo federal? Este é um conflito terrível. Sinto-me um pouco romântica falando sobre cultura, que nas circunstâncias atuais é artigo de luxo. O atual governo (Collor) está nos estragando e acabando até com a nossa capacidade de reflexão. Começamos a raciocinar 'por baixo', ou seja, o que ele nos oferece, por pouco que seja, já é o bastante."

Mais adiante, menos apaixonada, fui percebendo que as ocasiões mais apropriadas para se discutir cultura, são justamente aquelas em que ela é de alguma forma cerceada, quer pela censura, quer pelo descaso. Se omitimos a reflexão estamos fazendo o jogo que o poder estabelecido pretende e de alguma forma nos impõe.

DEFININDO MÉTODO E TÉCNICA

Ao sermos introduzidos no manancial teórico sobre metodologia em Ciências Sociais, nós, com formação técnica e desconhecedores deste universo, encontramos perdidos, o que se acentua com o decorrer de novas leituras. Nem sempre é possível enquadrar em tipologias estanques as metodologias que nos são dadas a conhecer, ainda que uma necessidade inerente à profissão tecnicista teime em rotulá-las. Mais importante que os rótulos, seria a compreensão dos procedimentos metodológicos e sua aplicação, tendo em vista os propósitos da pesquisa e ainda os fatores que condicionam a utilização de cada método e técnica.

No caso específico desta pesquisa pude perceber que mesclavam-se métodos, dificultando uma conceituação mais precisa.

Poderia pensá-la em termos de **pesquisa participante**, também chamada **observação participante**. Neste contexto o investigador se envolve com as pessoas daquela situação para conseguir maior interação, comunicação e para ser aceito como um indivíduo não totalmente estranho. Já a **pesquisa-ação**, se baseia na total fusão do pesquisador com o grupo pesquisado. Eles desempenham papel ativo,

visando alcançar objetivos de transformação de uma dada realidade. Os resultados deste tipo de pesquisa extrapolam relatórios, teses ou dissertações, têm propósitos claramente políticos.⁶ Algumas críticas têm sido feitas à forma de condução destas pesquisas, que vêm enfatizando muitas vezes a ação ou a participação, em detrimento da pesquisa ou observação. Estão se transformando em **participação observante**.⁷

Estive investigando uma realidade já conhecida por uma experiência de cinco anos, isto não é o mesmo que explorar uma aldeia lanomami. Havia participado e atuado anteriormente naquela situação, não como pesquisadora, antes como mais um elemento daquela equipe de funcionários. Esta não seria de forma alguma pesquisa-ação. Se fosse inteiramente necessário classificá-la, ela se aproximaria mais da pesquisa participante; no entanto, não seria enquadrada como tal pois o contato com os informantes ficou restrito às entrevistas e a algumas reuniões informais.

Tendo tentado definir o método, passo a caracterizar a técnica empregada. Quando utilizo o termo entrevista, o faço num sentido amplo, significando um encontro, uma comunicação entre duas pessoas. A técnica seria a de **depoimentos**, que é a mais apropriada para registros de histórias pessoais dentro de um lapso curto de tempo, e permitem por isso um aprofundamento maior das questões tratadas.⁸ Na verdade, o termo depoimentos pessoais pode não ser tão acertado se considerarmos que ele pressupõe um monólogo do informante, em vez de uma conversa. O conjunto de entrevistas que realizei não se constitui num todo homogêneo. Muitas são as diferenças formais entre elas, principalmente porque são produtos de diálogos com várias pessoas, resultados de interações diversas. A denominação **depoimentos pessoais** prende-se portanto à característica de conteúdo das entrevistas.

ENTREVISTANDO OS INFORMANTES

Esta foi a fase mais significativa de toda a pesquisa, ou a que ofereceu maiores desafios; afinal, desde minha saída da Secretaria Municipal de Cultura em 1988, não havia retornado a nenhum daqueles espaços físicos que foram tão explorados

durante cinco anos. As pessoas, as encontrava em situações informais e, às vezes, ao acaso.

A fim de operacionalizar a pesquisa, utilizei a estrutura organizacional da Secretaria. Em cada uma das três Divisões - de Bibliotecas, de Cultura e de Patrimônio Histórico - escolhi projetos de relevância de onde selecionaria os informantes. Julguei importante reservar para a Divisão de Bibliotecas dois projetos, principalmente por tratar-se de dissertação para um Mestrado em Biblioteconomia. Havia intenção de entrevistar 16 pessoas, sendo 8 da Secretaria e 8 dos movimentos culturais, distribuídos igualmente por 4 projetos. Os projetos selecionados foram: a) **Divisão de Bibliotecas: Carro-Biblioteca e Atividades de Extensão Cultural**; b) **Divisão de Cultura: Centro Cultural Itinerante (Projeto Circo)**; c) **Divisão de Patrimônio Histórico: Museu de Ofícios**. Mais adiante faço um balanço sobre a quantidade de entrevistas propostas e as realizadas.

O projeto de pesquisa esclarece que "não há preocupação com a representatividade numérica dos depoentes e sim com a sua participação no processo que se pretende estudar",⁹ o que de alguma forma já delineia um critério não aleatório de escolha dos informantes. O entrevistado precisaria ser selecionado em função da qualidade da informação que pudesse oferecer.

Na realidade os depoentes foram sendo escolhidos à medida em que o projeto de pesquisa tomava forma. Em se tratando das entrevistas reservadas aos funcionários da Secretaria, tinha em mente todas as pessoas que julgava importantes. Os informantes dos movimentos culturais que fariam o "contraponto" da Divisão de Bibliotecas também foram escolhidos nestas mesmas condições; os demais, relativos às duas outras Divisões - de Cultura e de Patrimônio Histórico - foram selecionados a partir de indicações de funcionários da Secretaria, visto o meu relacionamento anterior com essas pessoas ter sido menor.

Reservei quatro meses para o trabalho de campo - entre novembro/90 e fevereiro/91 - já prevendo os desencontros causados por férias e pelas festas de final de ano e do carnaval.

Sentindo-me insegura e ainda não preparada para aquele enfrentamento, fiz algumas leituras novas e reli muitos textos sobre metodologia. Quando percebi o mês de novembro havia se acabado, e como se isto não bastasse, recebi um convite relâmpago para uma palestra em Belo Horizonte, o que me roubou - entre a elaboração do texto e a viagem - os primeiros quinze dias de dezembro.

Em meados de dezembro dei-me conta de que a demora na leitura dos textos e a extrema preocupação com a condução das entrevistas ocultavam um desejo, talvez inconsciente, de adiar aquele reencontro. Afinal, não seria nenhum encontro meteórico como haviam sido os anteriores e de alguma forma isto me atormentava. Naqueles espaços que antes foram "meus", onde muitos colegas ainda trabalhavam, agora circulavam outras idéias, outras práticas, sabidas diferentes das que ajudei a realizar.

Mas a pesquisa me aguardava e não havia como abdicar desta função. São aflições que entendo normais neste tipo de investigação; os obstáculos são árduos mas não intransponíveis.¹⁰ O Natal já fazia véspera e o mês de dezembro se fora com rapidez. Fiz contatos por telefone marcando encontros para o início de janeiro.

Neste ponto passo a relatar as questões relativas às entrevistas propriamente ditas, numa abordagem geral das considerações que julgo importantes, ilustrando com alguns exemplos significativos.

As entrevistas com funcionários da Secretaria foram realizadas em horário e local de trabalho; as demais pessoas, exceto três, foram entrevistadas em suas residências. A seqüência das entrevistas não obedeceu critério preestabelecido e sim a disponibilidade das pessoas.

Os entrevistados mostraram-se prestativos, ninguém se recusou, embora três pessoas tenham demorado em conseguir tempo para os encontros; notei - talvez intuitivamente - que aquelas pessoas se esquivavam. Não podendo prescindir de seus depoimentos, insisti e consegui entrevistá-las.

Antes de fazer o contato pessoal, telefonava e expunha minhas intenções. No encontro marcado para a gravação, explicava o assunto da pesquisa, sem detalhar a

respeito dos objetivos específicos e das questões que pretendia levantar. Algumas vezes não foi no primeiro contato que a entrevista aconteceu.

Certos informantes pareciam sentir-se inseguros quanto a sua qualificação para a pesquisa, dizendo frases do tipo: "Não sei se poderei ajudar", ou "Não sei se era isto o que você queria ouvir". A seleção das pessoas pela qualidade de sua informação, demonstra que o investigador imagina ter feito a escolha certa; não implica que o informante tenha que dizer o que ele **quer** ouvir. Logicamente quando vamos para uma entrevista temos o elenco das questões que serão abordadas; é **sobre** isto que o pesquisador pretende ouvir, não significando que ele tenha respostas prontas que queira ouvir dos informantes. É claro que saindo de algumas entrevistas sentia-me frustrada, de outras, numa plenitude beirando à euforia. Existem aquelas pessoas que falam em profundidade e em detalhes sobre o que se questiona e muitas vezes extrapolam os limites, fazendo com que se passe a considerar novos pontos. Outras, por razões várias, falam como se estivessem elaborando um relatório técnico de trabalho.

Exemplificando. No caso da Divisão de Bibliotecas, eu esperava falas muito ricas de certas pessoas, mas justamente com elas o relato não fluía, era preciso quase arrancar-lhes a palavra, o que resultava num estilo enfadonho de perguntas e respostas. Minha expectativa era maior do que o que correspondeu a realidade. Reflito na tentativa de esclarecer e talvez explicar o fato. Anteriormente eu havia sido chefe imediata daquelas pessoas o que pode ter contribuído para a falta de densidade dos relatos. Mais que isso, nos meus contatos, percebi a grande distância existente hoje entre nós, obra talvez da dicotomia teoria *versus* prática. **Enquanto aquelas pessoas estavam preocupadas com problemas triviais e "mundanos" de seu trabalho, eu questionava abstrações. No entanto, foi aquela rotina que me levou à necessidade de abstração, uma oscilação que deveríamos fazer sistematicamente.**

Voltando à fluência da fala, é muito gratificante quando a pessoa entrevistada sintoniza o desejo do entrevistador e este não precisa inundá-la de perguntas. Iniciei a maioria das entrevistas pedindo às pessoas que contassem a história de sua admissão na Secretaria de Cultura, no caso dos funcionários, ou de como começaram trabalhar com projetos da Secretaria, em se tratando de informantes

dos movimentos culturais. A partir daí, fazia ganchos nas falas das pessoas, e caso elas não tocassem em alguma questão que havia elencado no projeto, elaborava uma pergunta mais direta, introduzindo o assunto.

Neste ponto cabe uma consideração acerca da fluência de determinados relatos. Observei que os informantes da Divisão de Cultura, ou os que guardam uma relação mais dinâmica com a comunidade, proporcionada até pela característica do próprio trabalho, têm mais coisas a dizer. São mais soltos e contextualizam espontaneamente as questões.

O início de todas as entrevistas caracteriza-se por falas "amarradas", o que diminui no seu decorrer. É prudente não reservar um tempo muito rígido para a conversa, pois antes de ligar o gravador, e antes mesmo de colocar em mais detalhes o assunto da pesquisa, é bom que aconteça uma conversa informal para "esquentar" o contato. É o entrevistador quem determina este tempo, que além de servir para um reencontro - depois de anos de afastamento como foi o meu caso - também ajuda a mostrar a seriedade do trabalho e a preparar o terreno para a entrevista propriamente dita.

As conversas de "aquecimento", principalmente com funcionários da Secretaria, foram dirigidas por eles mesmos para a realidade atual do trabalho e sua frustração diante da impossibilidade de desenvolver projetos como os anteriores. Eu sabia existir aquela situação da baixo astral na equipe, mas encará-la de frente foi difícil. Para aquelas pessoas eu era uma ouvinte de fora, ainda que não totalmente estranha. Várias vezes me disseram: "Você está muito bem, todos os que saíram da Secretaria estão bem". Ali estava eu, não totalmente estranha, talvez mudada e isso ouvi de um entrevistado: "Você está diferente, esquisita, está com um olhar observador". Observador e temeroso, eu diria.

Mesmo durante as entrevistas não foi possível ignorar a Secretaria de Cultura dentro da atual administração, ou seja, a partir de 1989. Inicialmente pretendia orientar os relatos exclusivamente para o período de 1984 a 1988. No entanto, como forçar aquelas pessoas a não falarem sobre a situação que estão vivendo? Mesmo porque a prática atual se mostra como sendo o extremo oposto da precedente, um retrocesso. Agora que existe parâmetro de comparação, as pessoas estão

constantemente buscando na memória o modelo anterior. O complicador é que pode existir nos informantes e em toda equipe envolvida nos dois períodos, tendência a superdimensionar a administração passada.

Quanto à forma, uma entrevista não é nunca igual à outra. São necessárias abordagens e conduções distintas, e o entrevistador deve estar atento para perceber isto e definir como fazê-las. Além disso, existe diferença marcante entre as situações da primeira e da última entrevista. Neste caso, a primeira foi permeada por angústias pelo retorno aos ambientes da Secretaria de Cultura, na última já havia transposto estes obstáculos e aprendido muito com os contatos anteriores.

Apesar desse aprendizado, cada entrevista é uma situação a se descobrir e se isto ocorreu com aquelas dos funcionários da Secretaria, foi mais acentuado com os elementos dos movimentos culturais, alguns dos quais eu não conhecia. Com certos entrevistados, por mais que eu insistisse, não conseguia dar o direcionamento que desejava às questões sobre cultura. Quando percebia, as pessoas haviam fugido do assunto e estavam falando de outras coisas, suas lutas cotidianas. O fato se deu claramente com duas pessoas, uma leitora do Carro-Biblioteca e outra, líder comunitária de um bairro onde o Circo atuou.

São muitos os fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso da entrevista. Um deles é o gravador que se interpõe entre o entrevistador e o entrevistado. Por mais acostumados que estejamos com este instrumento, ele ainda é um elemento estranho que às vezes inibe e até recorda situações desagradáveis. Um dos entrevistados falou de seu medo do gravador, lembrava-lhe circunstâncias que não gostaria de rememorar. Seu depoimento, embora longo, assemelha-se mais a um relatório. Não tem emoção. Desligado o gravador, a pessoa começou a dizer coisas muito significativas, mas seria inabilidade e falta de respeito voltar a ligá-lo. Jamais o entrevistado deve ter a sua fala gravada sem seu consentimento e muito menos sem sabê-lo. Outra pessoa também expôs claramente a inibição com o gravador, disse preferir relatar por escrito; sugeriu que eu fornecesse perguntas que ela responderia no papel. Expliquei que não existiam perguntas formuladas, que não seguia roteiro rígido, que ele se definia no decorrer da entrevista. Argumentei ainda que a fala é mais rica, além de ser importante o contato pessoal. Para realizar esta entrevista foram necessárias duas sessões, e ainda que o resultado não tenha sido dos

melhores, isto é preferível a ter um relato escrito onde a racionalidade contribui sobremaneira para a elaboração.

Além daquela pergunta: "O que você quer ouvir?", dita várias vezes, um entrevistado alertou que poderia conduzir sua fala de duas formas: como as coisas aparentavam ser e como ele sente que são. Não optei diretamente, mas introduzi o assunto pedindo que ele desse um depoimento pessoal. É difícil perceber quando a pessoa, falando, revela o que o investigador pretende, mais fácil é perceber quando ela omite. O que vai ser buscado não é a verdade daqueles fatos, mas as divergências e convergências dos relatos, por isso interessa que a pessoa fale, que forneça material para o pesquisador.

Se eu fosse uma estranha, talvez aquela pessoa não tivesse falado sobre as duas formas possíveis de conduzir seu relato.¹¹ Entrevistar pessoas já conhecidas, se por um lado facilita a aproximação, por outro oferece mais desafios que entrevistar estranhos. Primeiro porque o aspecto emocional interfere com força maior. É possível ainda que o entrevistado concorde em falar apenas por gentileza e em consideração ao relacionamento anterior. Algumas vezes, fazendo contato com ex-colegas de trabalho fui tomada por esta sensação.

Em duas entrevistas, no entanto, tive certeza do reconhecimento de meu trabalho de pesquisa e da disposição dos entrevistados em colaborar. Foi o caso das conversas com o ex-Prefeito e a ex-Secretária de Cultura. Ela havia sido minha chefe imediata e ele, chefe do governo. Embora não constassem do projeto de pesquisa, sempre foi idéia realizá-las e estas são as duas únicas pessoas que pelas características dos cargos optei por identificar. Sem dúvida, estes dois contatos foram precedidos por clima de muita ansiedade. Apesar de terem assumido funções importantes para o município, sempre se fizeram muito próximos de todos os funcionários, mesmo assim uma aura as diferenciava dos outros. Isto parece ter contribuído para que a emoção dominasse os encontros. De todas as entrevistas, a mais difícil foi com a ex-Secretária, talvez por sua postura aberta diante das questões e por ter sido preciso solicitar fatos longínquos de sua memória. Ela não imaginava que eu fosse "buscar aquelas coisas lá no útero".

Volto à questão da amizade, pressuposto do não estranhamento total, para refletir sobre a postura dos dois sujeitos: entrevistador e entrevistado. Realmente a entrevista é uma forma de comunicação, ainda que não seja equilibrada, pois revela uma superioridade do entrevistador. É ele quem define o assunto, o elenco de questões, o tempo e, por fim, a análise do material coletado. Por outro lado, se o entrevistado não colabora, não interage, é ele quem toma as rédeas da situação.

Algumas entrevistas foram frustrantes, mas na maioria houve muito envolvimento a ponto de me perder nas falas das pessoas, entrando em seus olhos. Ora, como conseguir distanciamento nestas situações? **Como não me envolver? Recusando-me a fazer a pesquisa? Várias vezes, antes das entrevistas, fui tomada pela sensação de não querer realizá-las; a vontade era desistir de tudo.** Outras tantas vezes recei estar fazendo a pesquisa apenas pelo desejo de celebrar o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Cultura naqueles anos.

É sempre difícil controlar a subjetividade quando não se trabalha com dados inertes, mais ainda quando o investigador, por razões várias, se envolve com os elementos da pesquisa. Aqui reside o perigo. A subjetividade do pesquisador, importante elemento interferente no processo, pode ser uma armadilha prestes a disparar. Antes de mais nada, e ratificando o já dito, estas pesquisas não podem ser vistas apenas como forma de redimir a culpa do investigador que antes, propositadamente, se retirava da situação na tentativa de imprimir objetividade e neutralidade ao trabalho. Mas sua presença excessiva também pode ser registrada como um pecado.¹²

A descoberta - nem sempre fácil - do pesquisador, deve ser no sentido de perceber a ambivalência de seu papel. Por um lado, ele é um ator que se envolve, por outro, um ator que interpreta falas e atitudes de outrem. O simbólico não garante e dito encontro de subjetividades e nem a intersubjetividade é algo já dado.¹³ Todo um trabalho de construção interpretativa precisa ser feito no material coletado. Lembrando a advertência clássica: **os dados não falam por si só.** O caminho a ser trilhado pelo pesquisador vai lhe exigir o exercício daqueles dois papéis que só se definem mais claramente à medida em que cada passo é dado.

Estas questões podem ser neste momento insolúveis, e o que fez esta análise foi tão somente atender ao convite irrecusável de registrar as revelações e inquietações que emergiram com a pesquisa. Não existiu qualquer tentativa de dissecar a realidade que vivenciei para depois reconstruí-la de forma organizada, mesmo porque a realidade daquelas situações não poderia ser de forma alguma dominada em sua total amplitude. Antes, resulta num material fragmentário, repleto de interrogações e tão diluído que me pergunto se sou eu ou o outro quem está dizendo ou pensando.

REVENDO AS PROPOSTAS DO PROJETO

O projeto de pesquisa é um esboço do que se pretende trabalhar; orienta, teórica e praticamente, o estudo. Não raro, a pesquisa toma rumos imprevisíveis, impostos pela necessidade de reformulações advindas do encaminhamento dado pelo pesquisador ou de circunstâncias externas, nem sempre dominadas por ele.

Este item marca as diferenças ocorridas entre a intenção do projeto e a prática da pesquisa de campo.

As questões até agora levantadas, principalmente as que se referem às entrevistas e às situações que as envolveram, não poderiam ter sido previstas, ainda que a vasta literatura sobre operacionalização de pesquisas de campo aborde tanto rotinas, quanto questionamentos em nível epistemológico. Antes da realização da pesquisa, esta literatura serviu como advertência e até como idéia de uma prática que só se revela através da ação.

Os outros aspectos são mais facilmente previsíveis, mas não totalmente administráveis, como é o caso da quantidade de pessoas a serem entrevistadas.

O número previsto e o realizado de entrevistas depende, muitas vezes, de condicionantes externos e da determinação do pesquisador. Se não houvesse interesse, insistência e boa dose de paciência, teria desistido de algumas entrevistas. No entanto, realizei todas aquelas que considerava de fundamental importância para o trabalho, além de acrescentar mais duas.

Apesar disso, havia previsto 16 entrevistas e realizei 15, incluindo as duas que considero extras. O maior problema foi conseguir contato com os representantes dos movimentos culturais, e neste ponto, pelo menos quantitativamente, a pesquisa ficou falha. Aventurei a hipótese de alterar a proposta inicial e não trabalhar com as contribuições dos movimentos culturais, devido ao pequeno número de entrevistas realizadas. Mas tendo em mãos as informações coletadas, percebi que não poderia ignorar a riqueza daquele material pelo fato dele não corresponder em quantidade aos depoimentos dos funcionários da Secretaria.

Assim, a pesquisa de campo resultou em 6 entrevistas com representantes dos movimentos culturais, 7 com funcionários da Secretaria e 2 extras. Estas entrevistas perfazem um total aproximado de 17 horas de gravação. A maioria delas foi realizada entre 1 hora e 1 e 30 minutos, e algumas menos extensas duraram de 40 a 50 minutos.

NOTAS E CITAÇÕES

1-CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In: ---.(org) A aventura antropológica: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.95-105

2- O "contexto da descoberta" é analisado em:

NUNES, Edson de Oliveira. Pequena introdução à aventura sociológica. *In: ---.(org) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331p. p.9-18

3-SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Os intelectuais, a cultura e o poder:** estudo de caso. João Pessoa, 1990. 29p. p.4-5 Projeto de Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFPB, 1990.

4-A inexistência de fontes documentais muitas vezes determina a realização de uma pesquisa com fontes vivas, através de relatos orais (depoimentos, histórias de vida). A questão é analisada, entre outros textos, em:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.39, n.3, p.272-286, mar. 1987.

5-Crises e tensões do orientando, segundo a ótica do orientador, são discutidas em:

CASTRO, Cláudio Moura. Memórias de um orientador de tese. *In: NUNES, Edson de Oliveira (org). Op.cit. (nota 2) p.307-326*

6-Para a distinção entre **pesquisa-ação** e **pesquisa participante**:

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986. 108p.

7-Críticas ao desvirtuamento da **observação participante** são feitas em:

CARDOSO, Ruth C. L. *Op.cit. (nota 1) p.101*

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In:---. CARDOSO, Ruth C L.(org). Op.cit. (nota 1) p.27*

8-Sobre a distinção entre **depoimentos** e **histórias de vida**:

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** 2.ed. São Paulo: CERU/FFLCH/USP, 1983. 182p.

9-SILVA, Terezinha Elisabeth da. *Op.cit. (nota 3) p.22*

10-Outro fator que afeta sobremaneira a produção do pesquisador diz respeito ao período de validade da bolsa de estudos - 30 meses - e à insegurança quanto ao seu recebimento.

11-"As relações sem afeto conduzem a maior honestidade do que as relações afetivas." Esta foi uma das críticas que Sidney Mintz recebeu acerca de sua pesquisa com Don Taso, de quem se tornara amigo. A amizade do pesquisador com o pesquisado impossibilita a realização do trabalho de investigação? Estas questões são analisadas em:

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.45-58, 1984.

12-Sobre a presença e/ou a ausência excessiva do autor:

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.21, p.133-157, jul. 1988. p.134

13-A respeito ver:

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (org) *Op.cit.* (nota 1) p.107-125

2 - VENTURAS E DESVENTURAS...

Com as idéias que tens é possível arriscar-te!
 Une-te a mim e verás, com toda a minha arte,
 Nos dias que hão de vir posso logo mostrar-te
 O que homem nenhum do mundo pode ser.

Mefistófeles (*Fausto* de Goethe)

Mefistófeles promete a Fausto a compreensão da totalidade e da beleza, a completa realização. Em troca - e ainda que o contrato entre ambos não suponha isto - Fausto perderá sua inocência.¹

Cotidianamente realizamos empreendimentos fáusticos. Construir e destruir: forças ambíguas que a presença de um Mefistófeles internalizado faz acontecer.

Assim é quando o indivíduo que se supõe livre opta por ser capturado pelo poder-governo.

Esse mesmo demônio intelectual me impulsiona rumo à análise das questões propostas nesta pesquisa.

Mas ele não consegue solucionar problemas como o da dificuldade de me deslocar do papel de participante dos acontecimentos para o de observadora crítica. Separação virtual, embora tentada. Assim, optei pela mediação das falas, inserindo entre os pensamentos dos atores das pesquisas empírica e teórica, o meu próprio.

Ao leitor, duas advertências:

Os títulos que precedem os conteúdos sugerem, ilustram e direcionam a leitura, não significam, necessariamente, categorias de análise.

Lembro também a impossibilidade de verter o olhar para um foco exclusivo e não permitir sua contaminação por outros fatores. Portanto, esta análise é elaborada a partir de fenômenos que são matizados e complexos, que jamais se apresentam como formas fixas e imunes.

"A GRANDE MARCA"

No Capítulo 5 da Parte I, relato a criação (1983) e a implantação (1984) da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, o que se dá um ano após o início da gestão de Zaire Rezende (1983-1988), homem de classe média que chega à Prefeitura corporificando expectativas de grande parte do eleitorado da cidade. É um governo que deseja se diferenciar dos precedentes.

O conhecimento da trajetória anterior de alguns atores principais que agora chegam ao poder ajuda a desvendar suas influências políticas que sobremaneira são impressas nesta proposta governamental.

A insistência na relação cultura e Estado no Brasil - apresentada no Capítulo 2 da Parte I -, principalmente nas décadas de 60 a 80, além da função de situar historicamente o período anterior ao estudado, é uma tentativa de mostrar o cenário onde estiveram latentes todos os desejos e anseios políticos de uma juventude que caminhava à margem dos projetos governamentais.

No caso da **Secretaria Municipal de Cultura (SMC)** e da **Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU)**, não basta rastrear o período de ditadura, pois ao que tudo indica, o germe foi plantado antes, mais precisamente nos anos 50. Muitos dos funcionários da SMC ainda não haviam nascido quando os futuros Prefeito e Secretária iniciavam sua militância política.

Em meados dos anos 50, Zaire Rezende - estudante de medicina - descobria o Brasil pelos caminhos da **Ação Católica (AC)**:

Comecei a descobrir aqueles conceitos que eram muito em voga na época: o oprimido, o opressor, classe dominante, o dominado.
(Prefeito)

Mudança de destino. O rapaz iria fazer outro percurso que não aquele pensado pelo pai:

O meu pensamento quando eu entrei para a faculdade, era formar, vir para Uberlândia, trabalhar como médico. Papai tinha um quarteirão na cidade que tinha reservado na esperança que um dia eu viesse a construir um hospital e ser um médico bem sucedido. Ter

um hospital, ficar rico, ter uma fazenda. A mesma história. Mas aí começou uma guinada.

(Prefeito)

A alusão à militância anterior do Prefeito não é mera ilustração. Coincidência ou não, também a Secretária de Cultura, Iolanda de Lima Freitas, foi membro da AC, através da qual ambos se conheceram. Iolanda não atuava na JUC, reservada aos universitários, mas na JIC, onde trabalhavam os jovens não estudantes.

O Zaire fez medicina no Rio de Janeiro e ele pertencia à JUC; na época eu era da JIC aqui. E quando ele vinha, as pessoas sabiam da presença dele, o convidavam para trabalhar com a gente. Ia discutir com a gente, refletir. (...) Eu não falei naquele momento, mas a AC foi a grande marca na minha vida, foi a grande marca.

(Secretária de Cultura)

Grande marca que norteou a atuação individual de ambos e que foi impressa também no trabalho da SMC.

A AC foi o "movimento laico que forneceu quadros para os mais dinâmicos programas sociais da Igreja Católica."² Criada no Brasil em 1929, a partir do modelo italiano, inicialmente a AC desenvolvia apenas trabalhos espirituais. Na década de 50 são adotados os modelos belga e francês, que além da divisão por especializações,³ introduz também o método francês de análise: "**ver, julgar e agir**", que passa a ser utilizado não somente para a reflexão de problemas espirituais, também para debates e ações voltados para questões sociais do país.

Mais tarde esta pedagogia será instrumento de trabalho do Prefeito e da Secretária que buscam na AC aquele tripé de análise.

Nós tínhamos consciência da pedagogia, era a pedagogia da ação. E aí vem um pouquinho lá da AC; uma das coisas que eu me lembro é a formação pela ação. Então, você tem que colocar as pessoas em ação e fornecer munição. Munição de raciocínio, de reflexão, e a pessoa elabora e incorpora.

(Prefeito)

É uma pedagogia que eu usei todinha da AC. Eu apenas atualizei. A AC tinha um lema, e ela viveu durante todo o seu tempo num tripé: ver, julgar e agir. (...) Nós não fazíamos, na Secretaria, nada que não fosse planejado. (...) Fazendo isso, e à luz dessa trilogia do ver,

julgar e agir, foi que nós levamos até o final. Nós não tínhamos uma ação que não fosse planejada, que não fosse, após executada, revista.

(Secretária de Cultura)

Transpondo a pedagogia da AC - ver, julgar e agir - para a região administrativa, a Secretária faz uma adaptação não tão estranha quanto pode parecer. A trilogia da AC realmente se aplica, ou é comparável ao planejamento estratégico, instrumento da administração científica. O planejamento supõe as seguintes fases: a) reconhecer a necessidade de ação estratégica (*VER*); b) definir e negociar objetivos; c) levantar dados e realizar sua análise crítica; d) equacionar problemas e oportunidade; e) desenvolver e analisar as diversas alternativas de solução; f) desenvolver e testar a solução escolhida (*JULGAR*); g) decidir, implementar e sustentar a solução (*AGIR*).

Ainda na esteira da influência católica, é preciso marcar a importância do pensamento de Paulo Freire não só para os movimentos sociais pré-64, como também para as atuações do pós-82. A definição política da AC, através da necessidade de formação de uma "consciência histórica", se imbrica na filosofia educacional de Paulo Freire que fazia de seu método de alfabetização um instrumento de "tomada de consciência". O desejo de transformar a sociedade faz do MEB (Movimento de Educação de Base) e do MCP (Movimento de Cultura Popular) do Nordeste, canais efetivos de militância para a JUC.

Para a AC, a discussão dos problemas espirituais extrapola sua inserção no mundo dos dogmas religiosos; para o MEB, a alfabetização não é um fim em si mesma; da mesma forma, a arte para os CPCs é um instrumento de politização. Além da proximidade de época, estes três movimentos têm em comum, a convicção de que um núcleo privilegiado de pessoas seria capaz de levar à tomada de consciência, as massas amorfas e desprovidas de qualquer sentimento crítico.

A crença numa revolução popular cada dia mais próxima era o grande delírio da intelectualidade no pré-64. Delírio que aliado à frustração só se acentua com a não consecução do ideal revolucionário, e que produz a sensação de deslocamento temporal daqueles acontecimentos.

Eu dizia na época que ela (a AC) era profética, ela vivia dez anos na frente, e hoje eu afirmo, com toda certeza, que ela viveu vinte anos

na frente, ou mais. Toda pedagogia que iluminava o nosso trabalho era mesmo quase século 21.

(Secretária de Cultura)

O golpe de 64 iria pôr fim ao sonho e forçar mudanças nos rumos desses movimentos. O regime militar criaria para os membros da AC, uma situação ambígua e constrangedora:

A gente foi tido como comunista pelos da direita, e pelos comunistas a gente foi tido como reacionário.

(Secretária de Cultura)

Referindo-me às atividades da AC, pretendi mostrar apenas de onde vêm os ideais que florescem com a chegada de Zaire Rezende ao poder em Uberlândia, e mais especificamente, com a criação da SMC.

Além da AC, pode-se insinuar que por via indireta - mas não tanto - também Paulo Freire irá influenciar as ações da SMC, ao menos inicialmente. De alguma forma as idéias do educador - que continua sua produção intelectual no exílio - representavam um movimento suspenso pelo golpe e que traz em si a necessidade de continuação.

As décadas de ditadura significam o aprofundamento do estado de marginalidade e abandono a que fica submetida grande parte da sociedade brasileira.

"Nossa geração não fez a revolução, além do mais não conseguiu descortinar no horizonte mais próximo, mais imediato, esta revolução. (...) Resta como opção de vida política, administrativa, contributória, etc., fazer as coisas, a possibilidade de fazer as coisas. Encaminhar toda a energia que possa nos restar, toda a vontade que permaneça, todo ímpeto, todo fôlego para as áreas onde as coisas possam ser feitas."⁴

A revolução não se concretiza mas permanece o desejo de "reformatar o mundo". Assim, muitos se dedicam a formas alternativas de convivência e a trabalhos voluntários para a coletividade. E há também uma preocupação explícita e assumida: o desejo de participar do governo.

Nós chegamos à conclusão que para poder interferir na história, nós tínhamos que ter acesso ao poder. (...) Tinha que tentar interferir na história lá (São Sebastião-SP), e com essa conclusão, nós achamos que pelo menos um do grupo tinha que ser vereador. Nós estávamos

na época da ditadura, e partimos do raciocínio também que era importante a gente começar a formar quadros para que quando acabasse a ditadura, houvesse pessoas que pudessem tentar um governo alternativo.

(Prefeito)

"Governo alternativo", como alternativa ao que se apresentava na época, é assim que Zaire Rezende denomina sua atuação à frente da PMU. Com certeza a proposta é diferente das administrações anteriores, marcadas por políticas conservadoras.

ORDEM E PROGRESSO NA TERRA FÉRTIL

Uberlândia já foi colonizada nos moldes capitalistas. Na primeira fazenda já existia uma indústria de anil, então já existia a manufatura. E o Felisberto Carrijo (fundador da cidade), quando ele vem, ele só dá mais cunho empresarial. Uberlândia foi criada, projetada, colonizada dentro da veia capitalista. A relação se dá voltada para o capital. O que interessa é o capital, é o que dá dinheiro.

(Funcionário SMC)

No interregno da ditadura, Uberlândia também vive seu grande "milagre". Nas décadas de 60 e 70, muito asfalto, especulação imobiliária e a busca do eldorado. O crescimento demográfico da cidade-fronteira - iniciado com a construção de Brasília - é incentivado pela implantação de novas indústrias, por um ávido comércio e pela federalização da Universidade. Em 1980 a população (240 mil habitantes), é o triplo daquela de 1960 (87 mil habitantes).

Mas se a cidade viabiliza o trabalho, ela se embrutece justamente pela ânsia do progresso, por sua megalomania. A reverência ao capital embota os olhos para as diferenças que ele cria; o sentimento bairrista e provinciano embriaga os sentidos para a marginalização crescente.

Além das contradições do capital, o crescimento da cidade e a movimentação da Universidade, vão dando corpo a uma necessidade de reação ao embrutecimento. **Na verdade dava-se em pequena escala o que ocorria com o país; mas existe uma sutil diferença: a cidade - historicamente conservadora - sempre foi muito resistente aos movimentos progressistas.** Assim, ativado por estes fatores, o

início da década de 80 marca o despertar da cidade para a participação política mais intensa.

Neste clima, Zaire Rezende, candidato do PMDB à Prefeitura, apresenta em 1982 a *Proposta para Ação do Governo Municipal*, resultado de dois anos de reuniões em bairros. Fundada nos princípios da **democracia participativa**, a *Proposta* tem como uma de suas idéias básicas a tentativa de resgatar a autonomia dos movimentos comunitários, cerceada pelo autoritarismo. Pretende

"aproximar o povo (...), completamente marginalizado, as diversas instituições públicas, os funcionários públicos e a própria Câmara Municipal dos processos de planejamento e ação do Executivo Municipal, de tal forma que fiquem assegurados a criatividade, o bom senso e o tratamento prioritário dos problemas efetivamente mais aflitivos do município."⁵

Nós estávamos num período em que não havia democracia, então nós queríamos reafirmar a democracia. Achamos inclusive que a democracia, ela não precisa ser explicada e nem adjetivada. Democracia é democracia, como liberdade é liberdade, amor é amor. Mas nós queríamos afirmar a característica de nosso governo, um governo democrático. Como nós queríamos chamar a atenção para a importância do povo no poder, exercer o poder com quem está no poder, então nós colocamos a 'participativa'.

(Prefeito)

O depoimento, sem fazer menção a bases teóricas, não revela o fato de que a **democracia participativa** é uma proposta do liberal McPHERSON.⁶ Democracia participativa que o autor opõe à crise das democracias representativas e que tem como condições: a mudança da consciência popular que passa a ter um sentido de comunidade e a diminuição da desigualdade social e econômica. Esta democracia se viabilizaria através de movimentos sociais como associações de bairros e de minorias, e co-gestão nas empresas.

No Brasil, desde 1972, Franco MONTORO defende este modelo que seria possibilitado pela "'participação' consciente e responsável das pessoas e grupos que integram a comunidade."⁷ São instrumentos semelhantes aos pensados por McPherson, embora Montoro não faça qualquer referência àquele autor.⁸

Assim, a "participativa" não é mera adjetivação de democracia, como sugere o Prefeito; a agregação de termos captura fundamentos teóricos que os políticos do MDB - posteriormente PMDB - defendem desde o início da década de 70 e que serve de norte para a campanha do partido em Uberlândia. Um modelo que embora fundado no liberalismo, incorpora propostas socialistas e por isso mesmo vislumbra formas diferentes de condução do processo governamental.

Chegando ao poder Zaire Rezende começa a concretizar um governo que pretende ser voltado para o social. Dentre as principais propostas estão a descentralização administrativa, com a criação de várias Secretarias; delegação de autonomia; e incentivo à participação popular nas ações do governo, através de associações e grupos de representação comunitária.

OS NOVOS PROTAGONISTAS

A SMC é uma das grandes inovações do Prefeito. Na história da cidade é a primeira diligência da administração pública no sentido de pensar e tratar a questão cultural de forma abrangente.

Este caráter inédito é um dos fatores responsáveis pela fertilidade do trabalho. Com certeza, um órgão público novo, que vai formando sua equipe e criando seus modos de atuação, ainda sem o vício da obrigatoriedade de se opor à administração precedente, oferece mais possibilidades de ação. Mas este seria apenas um dos motivos. O outro seria que a SMC foi criada ao final de quase vinte anos de ditadura militar. Isto também a marca intensamente.

Neste ponto é que muitos atores novos fazem suas estréias. Aqui começa nossa história.

Os elementos que aos poucos compõem o quadro de pessoal - artistas e técnicos - são na maioria inexperientes na administração pública. A fim de elaborar a política cultural e iniciar o trabalho prático, e simultaneamente às atividades realizadas por exigência da comunidade envolvida, são promovidos debates e estudos sobre a questão cultural, com o objetivo de capacitar o pessoal e delinear as diretrizes de

ação da Secretaria. Vários administradores culturais de diversas cidades participam de discussões com a equipe, provocam idéias e sugerem formas de atuação. Principalmente elementos da Fundação Cultural de Curitiba e da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (governo Mário Covas) se fazem muito presentes na fase embrionária da Secretaria.

Cada membro da equipe é ao mesmo tempo agente e administrador cultural. Tem em si estas duas funções ambíguas e até certo ponto inconciliáveis. **O conflito reside em ser ao mesmo tempo, o agente criador de um processo, trabalhando nos níveis subjetivos das manifestações culturais e fazer a administração burocrática de projetos.**

Realizar um trabalho considerado de vanguarda, é sem dúvida, a grande ambição e vaidade da equipe. Embora possa parecer impossível na administração pública no Brasil, as decisões são amplamente discutidas na Secretaria. Como é de se esperar, isto gera polêmicas, mas os resultados surgem através de novas idéias e projetos.

É uma experiência fértil, mas também repleta de estratégias ingênuas e equivocadas. Os protagonistas desta história iniciam incursões pelos desconhecidos caminhos do poder e da estrutura burocrático-governamental.

ENSAIO E ATO: O APRENDIZADO

"Nós aprendemos uma série de coisas e agora não tem mais jeito."

As palavras do representante de uma associação de bairro mostram que o paternalismo reinante na política da cidade começa a ser rompido. Tem início, com relativa fluidez o relacionamento - antes precário - entre o executivo e a coletividade. Para participar é preciso aprender, pois "como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão."⁹

Dentro da SMC o aprendizado é intenso. Os funcionários aos poucos contratados vão conhecendo os lances da administração pública, à luz de uma proposta democratizante.

A experiência nós tivemos fazendo. (...) Tinha que fazer e ver no que dava. Então a gente tinha essa liberdade de fazer e ver no que dava. Não era uma coisa inseqüente não. Não era inseqüência, porque a gente sofria muito para fazer.

(Funcionário SMC)

Carregado de dilemas esse aprendizado intenta eliminar traços autoritários de uma geração educada basicamente nestes moldes. Além disso, é a busca da aplicação da teoria apreendida nos domínios acadêmicos. Teoria que vai se revelando distante da realidade.

Quando você sai de um curso, cheio de idéias, com aquela teoria maravilhosa na cabeça, quer colocar tudo em prática. (...) Eu estava tomado por este rigor da teoria. Depois, aos poucos, eu fui sentindo as dificuldades.

(Funcionário SMC)

A primeira sensação é de forte impacto. Acostumados ao "não-trabalho" intelectual, ou à produção artística, essas pessoas partem agora para a convivência com um "trabalho real", repleto de cobranças e controles, tanto da instituição, quanto da comunidade envolvida, e que além de tudo, restringe a possibilidade de realização do "não-trabalho" intelectual e artístico.

A percepção das impossibilidades gera adaptações. Termina-se por aceitar que o rigor da teoria transcende a qualquer prática. Ainda a concepção da "prática como uma aplicação da teoria, como uma seqüência",¹⁰ uma relação dicotômica entre coisas extremas, vislumbradas em formas estanques que não se interpenetram.

Se tal dificuldade assume essas intensidades é porque ela não se refere apenas ao aprendizado técnico do trabalho, coisa que no mais das vezes exige apenas domínio mecânico. Complicado é articular teoria e prática no campo das relações sociais.

A gente não fazia as coisas por fazer. A gente fazia pensando muito, discutindo muito, questionando tudo. E sofria muito, passava noites sem dormir.

(Funcionário SMC)

Como espaço de aprendizado e de prática social, a SMC torna-se um fórum de debates e descobertas.

A gente foi fazendo e com o tempo foi aperfeiçoando. E no todo, a gente participava muito de reuniões. A Secretária sempre muito preocupada com isso de todo mundo discutir tudo, todas as questões que iam aparecendo.

(Funcionário SMC)

Certamente não há homogeneidade total de pensamento. Muitas reuniões se realizam em clima de guerra, de luta por espaço dentro da SMC, pelo desejo de mostrar trabalho e fazer valer crenças.

Acho que foram muito boas essas discussões porque a gente não sabia o que era importante. (...) Era o que excitava a gente, as discussões, as brigas. E era tudo muito discutido, não tinha aquele negócio de ficar de cara feia. A gente discutia e dizia o que tinha de dizer. Acho que isso foi uma coisa boa que a Iolanda passou para a gente, de ser verdadeiro.

(Funcionário SMC)

Uma prática diferente das vigentes: a oportunidade de participar mais intimamente dos processos de definição de uma política cultural e da estruturação do órgão é vista com paixão pelos funcionários. Experiência pequena - em termos de espaço de tempo e de quantidade de envolvidos - porém relevante para mostrar as possibilidades existentes na administração pública. A crença no investimento em nível institucional desmascara a equivocada "posição de recusa ética da esfera estatal."¹¹

O desenrolar do trabalho, a tentativa de rompimento com o modelo "geração AI-5" - que freqüenta uma universidade fechada e que convive com uma censura incoerente - e a busca de realização de um governo alternativo, não raro levam a questionamentos até pessoais; afinal, a casa é colocada em desordem, ou em outra ordem que não aquela conhecida. A proposta abre para uma multiplicidade de atitudes e visões com as quais não é simples lidar. Os choques acontecem, no entanto:

Eram choque que só levaram ao crescimento, à maturidade, a aumentar as relações afetivas, trabalhar o emocional.

(Secretária de Cultura)

No início, o pequeno número de pessoas possibilita relações afetivas mais estreitas e dinâmicas. É a "grande família", composta de funcionários-coringa, que o grupo crescente - chegando a 130 pessoas - e especializado dilui e transforma em posturas individualizadas e profissionais, onde se avoluma a defesa pelos limites delineados no organograma.

A gente trabalhava muito junto, todo mundo fazia tudo, porque era pouca gente para fazer aquele monte de coisas. Só que aí começou a cansar... e também por conta do organograma. (...) Era tanta coisa para fazer que eu não podia ficar abrindo para os outros, senão, eu não dava conta do meu. E aí começou a fechar um pouco, começou uma certa exigência de um grupo com o outro. (...) Tudo que tende a crescer, não tem como permanecer aquela coisa da família. A gente era uma grande família, chega um momento que não tem jeito mais. Que família o que? A gente está é trabalhando mesmo e cada um querendo mexer para o seu lado.

(Funcionário SMC)

ESTRATÉGIAS POPULISTAS?

O aprendizado passa pela descoberta de formas e estratégias de atuação que sugerem crises e dilemas. Um bom exemplo são os escrúpulos que nos primórdios se apossam de funcionários que realizam trabalhos com os movimentos culturais em bairros.

No começo eu ficava com essa coisa do escrúpulo, do purismo. Eu ficava, às vezes, meio incomodado de chegar no bairro de carro, no meu carro. Só de parar com o carro e descer, as pessoas olham e me vêem como rico. Para eles eu sou rico. E isso me incomodava porque eu achava que eles já iam me ver de uma determinada maneira, e ia criar uma distância. Eu queria me sentir igual a eles, não queria que eles me vissem de maneira diferente.

(Funcionário SMC)

Vontade de se travestir de povo, característica populista claramente reconhecida no depoimento. Esta estratégia equivocada vai sendo abandonada ao se perceber que

qualquer tentativa neste sentido é ingênua e falsa. Não há como dissimular a identidade em relações tão próximas como as do agente com os grupos culturais.

A gente tem que ser autêntico. Mas se você quiser se travestir para ficar parecido com eles, mais cedo ou mais tarde você vai 'cair do cavalo' mesmo. às vezes em situações super-constrangedoras, você não tem como escapulir. Porque é na relação, é no olhar, é na maneira de conversar e de cumprimentar que você faz a coisa. Então não adianta disfarçar, porque não funciona. Pode funcionar no começo, entendeu?

(Funcionário SMC)

A responsabilidade do lugar recebido para atuação, a inexperiência e a ânsia de realizar em curto espaço de tempo um grande projeto cria inquietações e medos de incorrer nos mesmos equívocos dos antecessores, levando a atitudes profundamente artificiais. Além dos movimentos sociais que pressionam, os atores colocam seus próprios modos políticos em xeque. E num já emaranhado mundo de culpas, surgem os fantasmas recorrentes do paternalismo e do assistencialismo.

No começo a gente tinha uma preocupação muito grande com essa coisa do paternalismo. A gente era tão preocupado com o paternalismo que a gente acabava sendo paternalista. Porque era uma preocupação muito grande com as questões teóricas do paternalismo e do assistencialismo. Eu acho que isso aí a gente aprende é realmente com o tempo.

(Funcionário SMC)

Acontece a mudança para um tratamento mais tranqüilo e equacionado com essas questões. Existe como advertência não exercer o paternalismo, por isso mesmo ele preocupa; em vez de exercitá-lo é preciso desaprendê-lo, o que não é fácil. Grande parte de nossa história é perpassada por laivos paternalistas, encarnação do autoritarismo de governantes provedores e protetores. O Brasil é uma sociedade onde as relações sociais assumem caráter de dependência, tutela, clientelismo e favor, que não se restringem à esfera estatal; também a sociedade civil - "imenso espelho do próprio Estado" - se alicerça nestas bases.¹² Assim, tentativas não paternalistas podem levar ao entendimento da democratização como anarquia - no sentido mais vulgar da palavra.

Os dois primeiros anos foi um sofrimento brutal. Eu me lembro que o pessoal se referia a mim como 'aquele prefeitinho'. Profundamente pejorativo. Diziam que eu não tinha poder de mando, eu não tinha

poder de comando, que todo mundo mandava e ninguém mandava, que não havia coordenação.

(Prefeito)

O contato direto com os movimentos culturais e a intenção de realizar uma política de atendimento de necessidades dos grupos não-garantidos¹³ gera resistências de forças antagônicas à proposta. Mesmo dentro da PMU e no próprio partido existe oposição:

Muitos criticavam, eles achavam que a gente estava sendo meio populista. Meio isso, meio aquilo.

(Funcionário SMC)

Muitos destes rótulos - populismo, anarquismo - são utilizados não dentro do significado puro dos termos; com sentido desviante, têm a intenção de desqualificar o trabalho da equipe.

PATERNALISMO VERSUS OPORTUNIDADE

Preocupada em não atuar dentro de parâmetros paternalistas e assistencialistas, a equipe, antes excessivamente escrupulosa, vai encontrando uma referência - ainda frágil - de equilíbrio.

A questão, ela é simplesmente uma questão do limite que você coloca, só isso. Você pode sim, oferecer uma coisa que eles não tinham pensado naquilo antes, você vai oferecer tudo isso que eu estou falando aqui, talvez eles não tenham pensado nisso. Agora, o limite que se vai colocar na relação que a gente estabelece com essas crianças, e de modo geral, com a comunidade, é que vai dar a tônica se é um trabalho paternalista ou não.

(Funcionário SMC)

Os equívocos são encarados com tranquilidade:

Nós fizemos muita coisa errada, (...) mas também fizemos muita coisa que deveríamos ter feito sim. Mas ninguém sente culpa não. Eu não tenho culpa de nada, eu acho que foi feito o que a gente dava conta de fazer.

(Funcionário SMC)

As relações passam a ser menos tensas. Afinal, o projeto de política cultural aguarda a concretização, e é preciso canalizar para ele todas as energias.

A brecha aberta - fato inédito - faz com que o trânsito dos movimentos culturais seja intenso dentro da Secretaria e decisivamente naqueles projetos que visam a descentralizar atividades. Vejamos como isto ocorre em três momentos.

No Carro-Biblioteca:

Aconteceu isso aqui dentro do bairro, pessoas que não tinham o hábito de ler e aprenderam. Isso é muito importante.(...) É pela oportunidade, porque o livro no nosso país é uma coisa muito cara, não é para qualquer pessoa.

(Leitora Carro-Biblioteca)

Na Seção Infantil da Biblioteca Municipal:

A gente entendeu que essa prática toda seria para trazer a criança para o ambiente da Biblioteca. Estava se dando oportunidade para que ela conhecesse a importância do livro, a importância da arte como um todo.

(Funcionário SMC)

Nas oficinas de artes do Circo:

É uma questão de oportunidade, porque eu imagino que essas crianças, talvez elas nunca tivessem pensado em pegar um pedaço de papel de dois metros de comprimento e pegar uma tinta para pintar. (...) Então eu não posso dizer que existe esse desejo, mas quando a gente começa a oficina, a receptividade delas é tão grande. A assiduidade a essas aulas... São muito pontuais, não faltam, vai todo mundo. (...) Acho que isso é muito válido, é questão de oferecer também oportunidades, abrir um horizonte novo para elas.

(Funcionário SMC)

No caso de atividades com crianças, a oportunidade de participação e criação se contrapõe principalmente ao modelo rígido e formal da escola, que enquadra esses processos em normas estanques dos currículos. Comparando o Carro-Biblioteca com a escola, uma usuária diz:

Com o Carro é mais festivo.

(Leitora Carro-Biblioteca)

Num sentido mais amplo a oportunidade significa a participação dos movimentos culturais nas ações da Secretaria.

Eu trabalhava com a Secretaria, eu não trabalhava para a Secretaria; eu trabalhava com a Biblioteca, eu não trabalhava para a Biblioteca. Hoje as pessoas trabalham para a Biblioteca, as pessoas trabalham para a Secretaria. As coisas não acontecem a partir das pessoas, acontecem a partir da Biblioteca, a partir da Secretaria.

(Escritor)

A fala deste escritor clarifica a idéia do que é trabalhar de dentro do processo. Significa não estar apenas como espectador ou prestador de serviços. Adiante ele mostra que a oportunidade, para não ser mera retórica, pressupõe liberdade de criação, pouca interferência.

Eu descobri que uma das coisas que me dava liberdade de trabalhar é justamente eu não ter preço, e eu não tinha preço justamente porque eu tinha liberdade para poder fazer do jeito que eu queria. 'Porque se eu vou pagar, eu vou querer que ele faça da maneira que eu estou impondo'. (...) A gente tinha o material, ganhava o subsídio, mas não recebia, mas a gente tinha liberdade de fazer do jeito que a gente queria fazer.

(Escritor)

Logicamente há uma política que norteia esses passos, que coloca os limites, e que de alguma forma define a fronteira entre participação e paternalismo. Esta política - elaborada pelos funcionários a partir do trabalho com os grupos culturais - se ela traz problemas, isto se dá principalmente com grupos e indivíduos que representam interesses conservadores.

É uma questão de valores, de educação, de proposta política, de ideologia que você tem. É uma questão de ideologias afins que se encontraram.

(Funcionário SMC)

O momento incita o questionamento e acentua o confronto - já bastante explícito - entre instituição e coletividade.

A gente ia para os bairros conversar com as pessoas e discutia de igual para igual (...)e eles tinham liberdade de vir, de conversar, de exigir, de cobrar. Eles também questionavam muito a gente.

(Funcionário SMC)

Com todo esse aprendizado, imagina-se que a brecha que se abriu vá se ampliando de forma que o processo avance independente de alternâncias de poder no

executivo, o que não ocorre com a fluidez esperada. Os grupos culturais recuam. O avanço desejado não acontece na proporção pensada.

Quantas vezes eu fui procurada, depois que eu já não era mais Secretária, por agentes culturais que vinham desesperados pedir socorro, querer conversar e eu falo: 'Mas não é aqui que vocês têm que bater. Quando nós estávamos lá vocês batiam lá. Brigavam, exigiam. Não pediam, exigiam, reivindicavam, mas assim no duro mesmo. Criticavam. E agora? Eu acho que vocês caminharam muito, então...' 'Agora nós não podemos fazer mais isso' (...) É uma contradição muito grande.

(Secretária de Cultura)

Contradição de difícil entendimento. A resistência ao retrocesso político é tímida e não há mobilização aberta pela continuidade. Um certo marasmo se apossa das pessoas quando circunstâncias menos favoráveis exigem maior dispêndio de energia.

Acho que as pessoas só exigem quando elas podem exigir, quando é dado esse direito a elas.

(Funcionário SMC)

Volto a um aspecto que tem permeado esta análise: seria a acomodação o reflexo de nossa história paternalista-autoritária?

Sou induzida a acreditar que este é um dos motivos. A prática da participação - ainda não enraizada nos grupos - é rejeitada pelo novo governo; esta participação - antes voluntária, ou que pelo menos evoluiu para o exercício voluntário - agora esbarra num poder autoritário. Diante disso, a reação dos grupos culturais é de desinteresse e recusa de envolvimento direto.

Assim, a democratização se depara com os rastros autoritários, mas qualquer proposta que intente a autonomia encontra este obstáculo difícil de ser transposto. A teia é complexa, e seu entendimento foge a esta análise. Ademais, não está em questão tentar compreendê-la no todo, e sim pinçar algumas regiões específicas que nesta experiência se mostram mais significativas.

"EU NÃO ENTENDO ESTA MÁQUINA": OS LIMITES BUROCRÁTICOS

Uma importante questão que emerge em termos de empecilho para a democratização é a burocracia que estende sua rede de forma a cobrir toda a base da estrutura institucional. **A intenção democrática está em constante confronto com os limites rígidos da burocracia.** Conceitos e práticas antagônicas, burocracia e democracia vivem em luta permanente. Aliás, o crescimento da burocracia é um dos grandes "paradoxos da democracia".¹⁴

Na área cultural a incompatibilidade torna-se mais evidente; pressuposto de liberdade, a cultura não coaduna suas ações com o rigor burocrático. Mas tratar de administração pública é tratar sempre de burocracia, pois é nos domínios do aparelho de Estado que ela adquire caráter mais perverso.

No campo da cultura o choque se dá em termos de dinâmica; a cultura como elemento vivo carece de agilidade, o que não caracteriza a burocracia.

Porque a burocracia é uma coisa seca. Não existe jogo de cintura na burocracia, não existe flexibilidade. São coisas muito rígidas e o trabalho com a cultura não tem condições de se encaixar dentro de coisas tão preestabelecidas. Toda hora você se depara com uma situação que você não havia previsto. (...) Eu acho que administrar cultura é isso, você tem que estar pronto para jogar com as coisas, porque a cultura é dinâmica, é viva.

(Funcionário SMC)

O mecanismo da Prefeitura é lento, isso dificulta. às vezes as pessoas estão mais empenhadas do que a gente imagina, mas na realidade é um mecanismo lento e quando você tem que trabalhar com aquilo, não é mais aquilo, já passou. (...) Então aquilo já vai caducar, não serve mais. Quer dizer, foi tempo gasto, dinheiro gasto, perdido. (...) Todo investimento, toda via burocrática que se fez para chegar naquilo já não serve mais, é dinâmico.

(Funcionário SMC)

O fato de certas pessoas estarem empenhadas na resolução das questões burocráticas não minimiza o problema; a lógica que rege a burocracia é impessoal e dificulta qualquer iniciativa, retém o controle. É esta ordem que possibilita a transição de poderes, a continuidade da administração pública, independente de quais sejam os partidos políticos que se instalam.

Para isso é que existe tanto arquivo, tanto relatório, tanto memorando interno, circular interna, cópia disso e daquilo.
(Funcionário SMC)

E estando em questão a necessidade de liberação de recursos financeiros para atividades, a burocracia intensifica o confronto entre funcionários e grupos culturais.

Quando chegava alguém que ia pedir alguma coisa, algum apoio que merecia, que precisava ser dado e que aquele alguém tinha que enfrentar a burocracia que eu tinha que enfrentar, a pessoa não entendia. A comunidade não está preparada para isso, como nós não estávamos. Mas em todo caso eu estava agindo de acordo com as normas. Tantas vezes eu dizia: 'Eu não tenho uma gaveta com dinheiro dentro dela e que eu vá tirar o dinheiro e te colocar. Tem que passar por esse processo, toda burocracia'.
(Secretária de Cultura)

A excessiva burocratização até obriga à criação de uma rede paralela que facilite o trabalho com a cultura; mas o que poderia ser uma solução acaba por se transformar em mais burocracia.

Utopia pensar na libertação desta estrutura permanente que no Brasil adquiriu aspecto negativo e contaminado, diferente - e mais viciado - do modelo puro estabelecido por Weber. É fato que burocracia e democracia são práticas que não se harmonizam, mas seria utópico pensar que num processo democratizante a burocracia assumisse novo perfil?

Se você me perguntar por uma solução... o que eu proponho? Como fazer uma administração cultural, pública? Eu não sei como poderia fazer.

(Funcionário SMC)

Muitas administrações públicas, reconhecendo a necessidade de uma outra dinâmica para a área cultural, têm tentado formas jurídicas mais ágeis. Um exemplo são as fundações de cultura, que equivalendo às secretarias, detêm mais autonomia, principalmente em relação à gestão de recursos financeiros. Além do repasse de verbas pelo poder executivo, as fundações têm maior mobilidade para captação de recursos de fontes externas, e também para sua aplicação.

CACIQUE OU PAJÉ: DILEMAS DO AGENTE CULTURAL

Uma situação conflitiva está posta. Ser burocrata ou ser agente cultural? São práticas que clamam por sensibilidades diferentes, o que faz com que o trânsito nestas duas instâncias seja impossível.

Cultura é principalmente sensibilidade. Tem que haver regras, é evidente, para ter controle de tudo, para não virar bagunça. Mas essas regras têm que partir, em primeiro lugar, da sensibilidade e não da matemática pura e simples. (...) Eu sei me reunir com as pessoas, discutir com as pessoas, programar eventos culturais, fazer um planejamento de ação cultural. (...) Agora, quando chega nesse lado burocrático, eu realmente não tenho paciência, eu não entendo muito bem essa máquina e é uma coisa que me irrita profundamente.
(Funcionário SMC)

Irritação reveladora. Sendo o agente cultural obrigado a assumir papéis burocráticos, ele perderá espaço em suas relações com os movimentos sociais. E são estas relações que imprimem a dinâmica da ação cultural.

Eu tenho de ter duas posturas, porque o burocrata, ele cuida da burocracia, né? E o meu papel aqui, acho que não é esse. Eu já tive muito conflito com isso de combinar essas duas coisas.
(Funcionário SMC)

A ambivalência **burocrata-agente cultural** é semelhante à congregação **artista-político**. Desabafa GILBERTO GIL que foi a insistência nesta dicotomia que o levou a investir energias na Fundação Gregório de Mattos em Salvador:

"Eu não acho que possa mudar isso, acho que é um bom exemplo no sentido que as pessoas ficam sabendo: pajé e cacique não podem coincidir numa mesma pessoa, mas é preciso saber que as pessoas vão lembrar sempre que isso fica como uma necessidade (...), que é preciso fazer isso possível em todos os níveis da vida."¹⁵

Fica como um devir, um encontro ainda não plausível, pois na prática a dicotomia se acentua: o agente cultural se distancia do burocrata. Sem dúvida, o aparato institucional é necessário para que as coisas aconteçam, mas se o agente cultural sem embrenha nas teias das licitações e compras, perde tempo de seu principal papel.

Enfim, qual seria o papel do agente cultural? Não é simples conceituar, nem definir sua função, mesmo porque a própria prática "é por natureza cambiante e móvel", como lembra Teixeira COELHO.¹⁶ Prossegue o autor:

"Ele está no centro de um cruzamento ligando diversas figuras normalmente afastadas umas das outras: a arte, o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos (ou fontes financiadoras, como o Estado ou a iniciativa privada, que não produzem cultura diretamente mas detêm o poder de torná-la realidade)."¹⁷

O papel do agente cultural... nós somos agentes culturais. Eu não estou produzindo cultura específica, eu não estou fazendo teatro, dança, mas eu estou mobilizando as pessoas em torno da cultura.
(Funcionário SMC)

O agente é a pessoa que articula, que entra em contato com um, com outro, que vai trazendo para o espaço interesses diferentes.
(Funcionário SMC)

Ele (o agente) é o elo. Ele é que vai proporcionar que as pessoas que fazem, que trabalham ali naquela comunidade possam mostrar seu trabalho. Senão vai continuar ali, aquela coisa parada, embutida; ele faz mas ninguém sabe, nem ele sabe o que sabe fazer. (...) Então o papel do agente cultural é estar ali junto, propiciando que isso possa acontecer, fazer isso fluir, essa coisa deslanchar.
(Funcionário SMC)

Os depoimentos convergem para uma mesma idéia. O agente cultural é o elemento mobilizador, o articulador, o elo propiciador que faz emergir a ação cultural, ele apressa a "muda da lagarta" ainda utilizando uma expressão de Teixeira Coelho. Ele rejeita os **espontaneísmos**, mas não **dirige** totalmente as ações, e a angústia maior está em achar um ponto de equilíbrio entre estas duas estratégias opostas.

Abrindo fronteiras, o agente cultural pode ser aquele que desordena as coisas.

De repente você monta uma exposição de quadros numa cadeia, você interfere na sensibilidade, você interfere na postura daquela pessoa.(...) Uma das grandes propostas é romper com essa hipnose.
(Escritor)

Provocar a desordem - aquela desordem tal que não se sabe ou não se alcança os resultados - é um desafio para o indivíduo comprometido com o órgão público,

espaço onde a transgressão é um alto risco. No entanto, é possível trabalhar de forma a provocar a organização de movimentos sociais representativos de interesses da sociedade.

E conversando com eles, a gente discutiu se eles não sentiam a necessidade de estarem juntos, de terem alguma coisa em comum. Uma irmandade, ou uma associação, uma coisa assim que congregasse, que eles pudessem registrar aquilo. (...) Se juntaram, fizemos um estatuto junto com eles, montaram uma Associação de Folias de Reis. (...) Aí começou tanta briga, um ti-ti-ti por causa da presidência. 'Porque o presidente faz, o presidente não faz. Devia não ser ele, devia ser não-sei-quem'.

(Funcionário SMC)

A ingenuidade deste funcionário não lhe permitiu antever a luta pelo poder-presidência, que viria fatalmente à tona, a partir da organização da Associação de Folias de Reis. Certamente já existia uma luta difusa, o que a Associação - enquanto entidade instituída normativamente - torna localizada e específica.

O trânsito livre de pessoas da coletividade dentro da SMC transforma os funcionários - interlocutores mais próximos - em "ouvidores" de problemas dos bairros e de queixas relativas ao executivo.

Eles me colocam às vezes, o problema do bairro: 'Está acontecendo isto ou aquilo'. Mas o que a gente pode fazer é falar: 'Você tem que procurar essa ou aquela Secretaria'.

(Funcionário SMC)

E o que sempre primou o nosso trabalho é que a gente não mentia para as pessoas. E a gente as incitava, inclusive, a fazer as coisas.

(Funcionário SMC)

Quando a postura do executivo interfere no seu próprio projeto democratizante, cria-se uma situação desconfortável para os que lidam diretamente com os grupos culturais. A via mais direta para exprimir o desagrado com aquelas ações passa a ser os "ouvidores" da SMC, que muitas vezes desaprovam os deslizes.

Tinha dias que eu ficava meio revoltado com o Zaire, tinha dias que eu tomava antipatia do Zaire.(...) às vezes tínhamos vontade de 'meter o pau' nele, porque a gente não concordava com

determinadas posturas dele. Mas ele nunca interferia em nada. (...) E aí ficava difícil para a gente porque nós trabalhávamos com o povo e nós tínhamos por base nunca mentir, nunca omitir nada. às vezes até omitir alguma coisa, mas éramos verdadeiros no convívio com as pessoas, e aí ficava meio difícil.

(Funcionário SMC)

Angustiam ao chefe do executivo estes descompassos:

Uma das grandes angústias mesmo é que de vez em quando eu prevaricava, eu tinha atitudes profundamente autoritárias também, quando eu via já tinha cometido. E às vezes algo que repercutia muito. É lógico, eu era o chefe do governo, era o referencial. Então isso me angustiava muito, eu cometi erros sérios; sérios dentro de um projeto democrático.

(Prefeito)

As incompatibilidades de atitudes do Prefeito com seu próprio projeto, revelam os sinais de cansaço do governo e a necessidade de alternância no poder. Este desgaste fica bastante claro no final do mandato; improvável que o carisma do Prefeito - por si só - conseguisse restituir o fôlego da administração.

OS ATRAPALHOS NO TRABALHO: SINTONIAS E RESISTÊNCIAS

O projeto comum faz com que a SMC sintonize seu pensamento e ações com os do Prefeito. Existem coisas não ditas, nem visualizadas, existem segredos preservados, por isso, neste momento, a única leitura possível é a que constata esta sintonia.

Outro secretário há de achar que ele é que estava mais sintonizado. Eu já acho que nós é que estávamos mais sintonizados. Parece que nós respondíamos, embora nem sempre compreendidos por todos os secretários, por todo o pessoal do Partido e até pela própria população.

(Secretária de Cultura)

Era a secretária que levava às últimas conseqüências a proposta. As coisas eram discutidas em grupos, refletidas, amadurecidas, apreendidas e depois ela fazia, ela refazia o processo, permitindo que mais coisas fossem acrescentadas, e que caminhasse, que evoluísse. Então, ela praticou de fato, a democracia dentro da Secretaria de Cultura e com uma visão muito idêntica à nossa.

(Prefeito)

Por causa dessa identidade, existe a sensação

de que a Secretaria de Cultura estava no coração, além de estar na razão, a gente sentia que estava no coração do Zaire.

(Funcionário SMC)

Parece claro que a proposta democratizante é levada adiante principalmente em função do carisma do Prefeito. Carisma que pode até ser tomado como um dom sobrenatural, mas que se efetiva na forma mundana como canal para a realização de um projeto político voltado para as necessidades mais urgentes do município. Os líderes são fundamentais para a condução do processo, as formas de utilização das lideranças é que são variantes.

Eu acho que ali existia um governante que comungava as idéias, as propostas da política cultural. Ele era cercado por pessoas que também faziam o mesmo. É lógico que existiam algumas resistências, mas eu acho que existia mais força para o apoio do que para a resistência.

(Funcionário SMC)

Paradoxalmente, muitas resistências - resistências significativas e de trato difícil - que marcam intensamente, não vêm da população e sim de dentro do próprio governo, e o que é mais grave, de elementos aparentemente afinados com ele.

Foram muitas angústias. A primeira que surgiu logo de início foi eu perceber que a maioria dos companheiros que eu tinha convidado, que estavam comigo no poder, eles não perceberam o projeto global. (...) 'Nós discutimos muito, chegamos à conclusão que esse negócio de democracia participativa... o que tem mesmo é que fazer obras'. Me deram um banho de paulada naquela reunião e eu saí arrasado. (...) Eu tive muitas dificuldades com os vereadores também. Inclusive os vereadores, muitos deles tinham ajudado a escrever a 'Proposta'. De vez em quando eles vinham contestar, eu tinha que abrir o livrinho e falar: 'Você ajudou a escrever isso aqui. Você estava nessa reunião, não estava? Então você ajudou a escrever isso, não foi escrito por mim, foi escrito por todo mundo, estou mentindo? Você queria dizer isso ou não queria?' (Ao que responde o vereador:) 'É, mas não é bem assim'. Então tem uma coisa que é uma realidade humana e da sociedade: uma coisa é uma pessoa aderir a uma proposta, a outra coisa é o esforço de aprender a vida inteira. (...) Quando ele escreveu estava convencido daquilo, mas depois vêm todos os seus conceitos anteriores de uma sociedade individualista, capitalista, uma sociedade de cada um querendo o seu, que predomina novamente. Então tem que ter um trabalho permanente, constante, de mudança interior.

(Prefeito)

A geração de conflitos é inerente ao processo participativo, e o maior deles talvez seja a dificuldade de equacionar interesses. A participação pressupõe confrontos grupais que por sua vez carregam desigualdades de posicionamentos, assim, divergências e oposições existem e são normais. Mas principalmente os elementos investidos em cargos públicos têm o dever de saber enxergar o que é mais conveniente em vez de se objetarem à democratização apenas pela dificuldade de se lidar com os conflitos. Não pretendo com esta afirmativa forjar um reducionismo de questões tão complexas como participação e democratização, supondo que as objeções sejam derivadas apenas de aspectos individuais. É razoável pensar que além do investimento e da adesão pessoal, outros interesses existem e determinam correntes de pensamento e ação. Mas ressalto também - e então parece pertinente olhar a questão pelo ângulo pessoal - que trato de um governo onde os elementos colaboradores se mostram afinados com um projeto político que traz no seu cerne, ou que pressupõe modos de participação popular.

Na área da cultura - dimensão ainda não reconhecida por muitos políticos - a defesa de propostas de uma política cultural solicita mais energia para lutar contra resistências. É um embate entre formas diferentes de ver e exercitar o poder, já que as resistências dentro do governo vêm principalmente dos setores tecnocratas, aqueles que definem prioridades, planejam e distribuem recursos, ou seja, as Secretarias de Administração, de Planejamento e de Finanças.

Eu não sei se a gente foi barrado. Eu acho que houve, e eu vou falar com muita simplicidade mesmo, eu acho que houve muita inveja. Acho que a gente foi tolhida em algumas coisas, não pelo Zaire, mas por um ou outro participante da administração. Isso de certo modo, deixava a gente assim meio bravo. Na discussão de orçamento, por exemplo, quantas vezes eu tive que bater a mão na mesa para fazer valer a voz da Secretaria. Acho que não se pode afirmar que nós éramos, de maneira alguma, os patinhos feios. Mas foi com luta que a gente se impôs, não foi assim de graça.

(Secretária de Cultura)

Até o momento esta análise tem sido conduzida dentro de uma perspectiva mais global, adquirindo corpo através de uma visão ampla de estratégias que representam a Secretaria como um todo. Mas no que diz respeito às resistências é interessante

mostrar como isto se dá especificamente na Biblioteca Municipal, onde o movimento de resistência floresce na própria equipe de trabalho.

Tinha colegas que não aceitavam o trabalho, isto é um motivo para minar a equipe lá dentro, desvalorizar o que estava sendo feito. Porque é o novo, aquela idéia completamente diferente do que era antes. As pessoas iam passar por uma coisa que era completamente nova, muito aberta. Acho que incomodava por isso, parece que estava fugindo do controle, quando foge do controle, assusta. (...) É a resistência mesmo a tudo o que é novo, e no final, acabou tendo resultados. O trabalho da Biblioteca como um todo teve um resultado satisfatório e isso aí vem incomodar ainda mais as pessoas.

(Funcionário SMC)

Criada em 1940, a Biblioteca Municipal já apresentava estrutura própria, ao contrário das demais Divisões. Com a implantação da SMC, aderem à equipe, além de bibliotecários e novos auxiliares, outros profissionais encarregados de dar forma à proposta de ação cultural. A idéia de tentar tirar as amarras da Biblioteca, de fazê-la descentralizada e de lançar sementes de ação cultural, trabalhando, além da leitura, outras formas de expressão não é bem aceita por membros mais antigos da equipe. São pessoas acostumadas à rotina, ao silêncio e ao labirinto das estantes.

Às vezes até o próprio colega de trabalho não dava importância ao projeto. (...) As pessoas começaram a criticar, não entenderam nada. Achavam e acham até hoje que o Carro-Biblioteca é uma coisa supérflua, que não precisa, que é muito caro. Só dá despesa.

(Funcionário SMC)

A resistência do colega passa, dentre outras coisas, pela inveja a um trabalho que está tendo repercussão. É uma oficina que a imprensa divulga, ou um filme que atrai muitos espectadores. Além da resistência passiva, da falta de colaboração, correm reclamações acerca da invasão do espaço físico, dos atrapalhos que determinada atividade faz em sua rotina de trabalho. Assim, o funcionário reclama, mas não diretamente, ele resiste em nome do bem estar do usuário.

Ali, por exemplo, era o Empréstimo, de repente se transformou em galeria, então, talvez não tenha sido muito trabalhado isso. A gente se preocupou com o usuário, mas não se preocupou com o colega de trabalho, dele participar daquele processo. Aí ele se sentiu talvez um pouco agredido, um pouco invadido.

(Funcionário SMC)

No entanto, a insistência é árdua quando a resistência é gratuita e deliberada; quando a opção cômoda é pela permanência da Biblioteca como uma Babel silenciosa, sem desafios, sem riscos.

OS VÁRIOS PODERES E O PODER INVARIANTE

Se a vontade de exercer novas formas de poder esbarra em resistências e entraves, ela cria também oportunidades de gerenciar todas estas questões. Ao contrário do que se pensa com freqüência, o exercício do poder pode ser benéfico.

Se a idéias são idôneas, produzem efeitos. Você muda as coisas. Então mudou, muita gente mudou e agora não tem mais dono. E é irreversível, pode ser aperfeiçoado, mudado, ampliado, reelaborado... E assim em todas as áreas. Realmente, quando o poder é bem utilizado, ele muda o curso da história, ele muda a qualidade de vida, muda as possibilidades do homem de ser feliz. (...) Eu acho que a nossa experiência em Uberlândia foi tremendamente válida. As coisas boas que vão acontecendo na história humana não ficam inseqüentes, não ficam impunes, sempre trazem reflexos, sempre trazem conseqüências, sempre interferem na história. Acho que o nosso governo meteu a cunha na história de Uberlândia e com reflexos.

(Prefeito)

A experiência como um todo é um ensaio na busca de novos usos do poder, o que se transforma numa crença da equipe, embora poucos tratem a questão tão diretamente - e com matriz foucaultiana - como este depoimento:

Se dentro de sua Seção, por exemplo, você consegue acabar com algum tipo de entrave que possa existir, se você quebra aquilo dentro da pequena estrutura, isso tem mais importância, mais valor, mais efeito que uma grande briga com o seu secretário, com o Prefeito, em termos de macro-estrutura.

(Funcionário SMC)

Somente através do reconhecimento - nem sempre fácil - da micro-estrutura do poder seria possível articular contra-poderes e agir no sentido de disfuncionar esse poder. O reconhecimento destas redes não se dá com iluminações celestes, mas é dentro das instituições que se tornam possíveis esses novos agenciamentos.

A área institucional da cultura - pela própria característica do objeto - favorece à reunião de elementos antenados para essas novas visões. Ainda assim, numa cidade como Uberlândia, sem tradição de tratamento da cultura, mais preocupada em não perder o ritmo acelerado do progresso, o trabalho de uma Secretaria de Cultura é árduo.

Uberlândia tem história, tem memória. Mas eu não acredito que é um órgão institucionalizado que vai resgatar isso tudo. Eu acredito que um órgão tipo a SMC, ele pode veicular isso, pode facilitar, pode abrir caminhos para isso, mas determinar, não.

(Funcionário SMC)

A instituição não faz cultura, ela facilita o surgimento do produtores culturais e trabalha com eles oferecendo respaldo necessário à realização de suas idéias.

Um dos aspectos mais interessantes do período que eu trabalhei junto à Secretaria, junto à Biblioteca, é que eles foram só agentes aglomeradores, pelo menos no caso dos trabalhos que eu tive. (...) Atuaram só como elementos aglomeradores elementos que agrupavam as pessoas.

(Escritor)

O depoimento relata uma prática pouco usual, porque no mais das vezes a instituição pública surge como determinante de políticas de toda espécie. Este seria um dos aspectos mais positivos da atuação da SMC.

Esta forma participativa de elaboração e condução de uma política cultural vem se multiplicando pelo Brasil, principalmente após eleições de governos com orientação de esquerda. É o caso da Prefeitura de São Paulo, a partir de 1989, com Luiza Erundina. Tendo à frente da Secretaria de Cultura paulistana, Marilena Chauí, uma nova e polêmica forma de gestão das Casas de Cultura está sendo tentada, via participação popular.¹⁸

Interessante no caso de Uberlândia é que o partido que está no governo é o PMDB, que sem dúvida teve importante papel de reação ao autoritarismo nos anos de ditadura. No entanto, após cumprir este papel, ele perde esta característica e se dilui de tal forma que parece não ser mais capaz de aceitar propostas avançadas. Mudou o partido e mudou o país. Mas é justamente um partido como o PMDB que irá

proporcionar experiências como a da SMC e que permite, no início dos anos 80, o surgimento de administrações públicas inovadoras por todo país.

O partido para mim foi um instrumento de ação política, e não foi o partido que formou toda a ação, ele forneceu elementos. Naquela época ele tinha uma série de propostas, uma série de reflexões que foram úteis, foram válidas. Hoje são superadas.

(Prefeito)

O partido fornece os instrumentos, mas no seu conservadorismo não comporta certas práticas que ele próprio proporciona. Assim, a SMC parece desvinculada do PMDB e até do executivo:

Realmente eram pessoas que pensavam uma coisa mais progressista, uma coisa mais vanguarda, uma coisa mais anarquista até. Porque não existia essa coisa de ser partidário disso ou daquilo não. Era uma coisa meio anarquista mesmo. E eu acho que só com anarquismo é que você consegue fazer alguma coisa dentro da questão cultural. (...) Nós não trabalhávamos dentro de um projeto do Zaire, ou dentro de um projeto do PMDB. A gente nem pensava nisso não. A gente pensava em trabalhar com a questão da cultura do jeito que a gente achava que deveria ser.

(Funcionário SMC)

Mas há um direcionamento, se não do partido, ao menos ao nível da proposta apresentada por Zaire Rezende quando candidato. Essa proposta e a ideologia nela embutida norteiam a política cultural. É certo que o trabalho da SMC chega a parecer desligado do executivo e do partido, mas se isto ocorre, é porque existe identidade quase que total de pensamento entre Prefeito e Secretária de Cultura, além da autonomia administrativa, o que diminui consultas para tomada de decisões.

Acho que o partido estava muito para trás. Nós estávamos muito para frente. Realmente o partido era pequeno. O projeto político como um todo era muito maior, muito mais profundo, muito mais sério. Não que ele (o partido) não fosse sério. Acho que o partido daqui até que era sério exatamente por ter o Zaire na frente.

(Funcionário SMC)

Talvez mais importante que o partido que leva ao poder, seja a figura do governante que consegue reunir elementos comprometidos com a condução de sua proposta.

Mudam formas, exercícios e funções, mas o poder persiste. Por que sentir culpa e medo de dizer que se tem e se exerce este poder? questiona Gérard LEBRUN.¹⁹ Em vez de sonhar com sua supressão, por que não refletir sobre os **tipos** de poder e de líderes pelos quais devemos esperar e militar? insiste o autor.

Acho que a sorte que nós tivemos é de termos tido um prefeito com sensibilidade. (...) Foi muito importante para a gente porque a Secretaria de Cultura pôde se sentar com todos os secretários, com a mesma importância de uma Secretaria de Saúde, de uma Secretaria de Obras, de uma Secretaria de Meio Ambiente.

(Funcionário SMC)

A relação com o Prefeito e a Secretária adquire - para alguns funcionários - níveis tão importantes a ponto de ter dificultado a fala em certos depoimentos. É o poder da afeição e do carisma transposto para a esfera burocrática e coexistente com as relações inistrativas. Emergem as figuras do pai e da mãe, cuja perda é dolorosa porque transferiu-se para eles a possibilidade de realização de muitos desejos. Sentimento de orfandade política.

É até difícil falar sobre isso, porque a questão é muito... é um tanto emocional. Então não fica nada profissional. (...) Porque ali se trabalhou com o social, com a cultura e se trabalhou com uma coisa tão subjetiva que é difícil, inclusive, falar. Não foi aquela coisa de ser pai e mãe para dar alguma coisa não, muito pelo contrário, de fazer você buscar, criar, despertar para as coisas. Enfim, de te levar a refletir e se conscientizar de uma série de coisas, de valores que são bem esquecidos nos dias de hoje.

(Funcionário SMC)

A sensação de corte que o término da administração provoca relaciona-se com a mudança de governo para as mãos do conservador PDS. A descontinuidade do trabalho é mais dolorosa que todas as angústias que afloram com a experiência em si.

Não éramos nós que estávamos fora de tempo, talvez o espaço é que não era para ser esse. Porque volta tudo e você começa a ver que tudo o que foi feito nesta cidade acabou com a mudança de uma administração. (...) Você fica com a sensação, essa sensação do tempo, do espaço, fica mais presente ainda porque fica parecendo que foi uma coisa meio do sonho, meio que não aconteceu, fica parecendo que é desnecessário aquilo.

(Funcionário SMC)

A idéia de deslocamento no tempo e no espaço tenta justificar o porquê da descontinuidade. O sonho, por não pertencer à dimensão do real, é desnecessário. A experiência da SMC, por lidar também com valores simbólicos e com o desejo, torna-se supérflua para uma cidade como Uberlândia.

A CIDADE FACEIRA

O direcionamento que a administração sucessora dá à política cultural choca com a anterior, assim, a perda é real no sentido de perda dos líderes que conduzem o processo. No entanto, antes mesmo desta ruptura, alguma coisa já muda na cidade.

O Circo aqui no bairro foi tipo um fermento que levou o povo para cima. (...) Se não fosse o Projeto Circo, acho que esses grupos de dança também já teriam acabado.

(Bailarino)

O Circo provoca nos bairros a potencialização de energias antes desagregadas ou inertes. Enquanto ele está no bairro, tudo fervilha, quando ele sai, ficam ali alguns movimentos mais estruturados que engravidam processos futuros.

Também no caso da Biblioteca, devido à postura anterior de templo do saber, a mudança é facilmente perceptível:

Eu achava interessante na Biblioteca porque você chegava para estudar, você via uma exposição de máscaras, aquele lance todo; uma parafernália danada. Quebrava aquela coisa, a rigidez, aquele negócio: 'Biblioteca, silêncio! Psiu!'.

(Diretor de Teatro)

O rompimento com a rigidez e o tradicionalismo confere ares mais graciosos. Além disso, a mudança não ocorre somente no espaço físico aparente, a ação cultural procura mergulhos mais fundos.

Acho que despertou, tanto na comunidade que frequenta a Biblioteca, os usuários, como pessoas que buscam uma reflexão em cima dos valores culturais, despertou essa consciência, essa necessidade de continuar procurando. Despertou no cidadão

uberlandense aquela capacidade que ele tem de brigar por coisas que têm valor para ele.

(Funcionário SMC)

Este novo referencial divide as águas da história cultural da cidade:

Na gestão anterior, a gente lembra que em termos de arte, quase não existiam espaços, não havia abertura, não havia divulgação; se acontecia, a gente nem sequer ficava sabendo. Foi realmente depois que o Dr. Zaire entrou que a coisa começou a fluir na cidade. Começaram a surgir eventos culturais dentro das artes plásticas, da música, do teatro, da literatura.

(Artista Plástico)

A agitação cultural interfere no espaço físico, na estética da cidade. Uma experiência que faz surgir Orfeu e Narciso na terra de Prometeu, e que mostra as possibilidades de uma outra ordem regendo as coisas.²⁰

A cidade tomou outra fisionomia depois da Secretaria de Cultura. Mudança de hábitos, valorização das diversas áreas culturais, abertura de espaços. (...) A cidade mudou, mudou a face da cidade.

(Prefeito)

A intervenção produz efeitos plásticos, conforme sintetiza a fala desta professora:

Uberlândia hoje é mais faceira. A cidade é mais faceira.

Essas manifestações, por exemplo, que a Secretaria de Cultura promovia em todos os níveis, de repente, o povo, o povão começou a viver mais, a se expandir, ser mais alegre, e foi pegando tudo. E é um conjunto, foi um projeto global, não foi só um projeto de fazer pracinhas como os adversários falam. Pegou a sociedade toda, pegou tudo aquilo que é necessário para o ser humano crescer, desenvolver. Então mudou e a cidade ficou mais faceira. Eu também achei isso lindo.

(Prefeito)

Contrapondo a quase cem anos de história, os cinco anos da SMC vão despertar na cidade, além da valorização das manifestações culturais, também a dimensão lúdica, negada pela ânsia de progresso.

Padrões novos. O lúdico e o belo desafiam os modelos existentes. São outros poderes que chegam.

OS VÁRIOS TEMPOS: O ENFOQUE PROCESSUAL

Se é certo que o trabalho sofre cortes com a mudança de governo, é pessimismo pensar que dele nada tenha ficado. Nem tudo acaba. Alguns projetos permanecem, ainda que sejam-lhes dado direcionamentos diferentes. Embora o processo se torne lento, nada será como antes.

Porque a gente, no começo, tinha a ilusão, e tinha o sonho de fazer a revolução cultural no bairro, com o Circo.

(Funcionário SMC)

Da mesma forma, imaginava-se possível fazer a revolução cultural na cidade com a SMC. Se por um lado esta ilusão revolucionária é ingênua, ela é também necessária para motivar e levar adiante as mudanças sociais. Como sugere esta fala de CAPINAM:

"Você tem o horizonte sempre como o limite imaginário e você rema e ele se afasta, sempre inalcançável. E tem outra coisa: você não pode se afastar tanto da terra, em busca desse horizonte, que não possa voltar."²¹

Eu me lembro muito de Dom Quixote. Acho que nós todos temos sido quixotescos na vida. (...) Nós temos que ser quixotescos, acreditar até num aparentemente impossível, que é um tipo de transformação da Dulcinéia. São as utopias. Nós temos necessidade de utopias, inclusive para poder viver e para ter esperança. E se a gente olha o movimento dos povos, é uma sucessão de desesperança e esperança.

(Prefeito)

Acredito que tudo o que tenha, de uma determinada maneira, movimentado o homem dentro da história, esse movimento tem acontecido em função da ilusão. As coisas só são porque antes elas foram visionadas.

(Escritor)

Utopia saudável. É a crença numa idéia que pôde viabilizar o trabalho da SMC. E tomando como parâmetro a história anterior, o desejo de fazer a revolução cultural na cidade de alguma forma se realiza. Os limites de tempo e de recursos financeiros pressionam justamente porque há necessidade de que fiquem rastros, sementes do processo; para que nem tudo se perca. Do contrário, o trabalho estaria apenas

reproduzindo práticas anteriores que se limitavam a mostrar, a expor aos "incultos", a cultura de quem a possui. Neste ponto é que esta prática se diferencia de tantas. A cultura entendida como processo, não se restringe a eventos episódicos; ela é construída, é o resultado de um trabalho, o que a distingue da cultura inerte, objeto de contemplação.²²

Elegendo a noção de cultura como processo, a SMC se abre para uma multiplicidade de descobertas que não têm um fim em si mesmas. E abre para a coletividade uma amplitude de oportunidades até então negadas e omitidas. Assim, pensar que seja uma experiência sem frutos é ser incoerente com este enfoque processual. E como o processo não tem avanço linear, seus frutos podem arrebentar em outras regiões ou épocas:

Hoje você está fazendo este trabalho, amanhã ou depois você vai estar na direção de uma biblioteca novamente, quando você estiver lá, você vai transferir toda essa sensação que você tem, você vai ser capaz de transferir isso para a sociedade.

(Escritor)

O retrocesso político passa então a ser entendido como uma situação - não de todo benéfica, pois causa sofrimento - que traz aspectos positivos no sentido de oferecer parâmetros para comparação dos dois exercícios de poder:

Então nós andamos dez passos à frente numa determinada situação com o governo do Zaire, e andamos cinco para trás. Quando a gente está andando para trás, está dando oportunidade de chocar tudo isto. Porque, talvez, se tivéssemos continuado, não teríamos a oportunidade de chocar. (...) As pessoas perceberam: 'Aconteceu alguma coisa, agora é que não está acontecendo. E o que está acontecendo agora está atendendo só a isso. Eu não estou tendo mais liberdade, eu não vou mais lá. Eu não converso mais, eu não vejo mais ninguém.' (...) Tem que ir e vir mesmo. É um ir e vir. É mar, vai e volta. São ondas que vão e que voltam. São frequências.

(Escritor)

Aqui entra a importância de se insistir no processo. O movimento não é linear, a história não dá saltos, mas os rumos dependem de direcionamento. Aqueles que são capazes de se arriscar ainda investirão suas energias em projetos comprometidos com a conquista de novas práticas sociais, novos agenciamentos de poder, de forma tal que nem todo movimento seja sempre de retrocesso.

Eu fui pensando cada vez mais nesse aspecto assim do prazo, do tempo e da necessidade de persistir, de insistir, de voltar a fazer um governo democrático. Respeitando as pessoas, mas fornecer material para que as cabeças evoluam. E nos dá mais paciência histórica.

(Prefeito)

Entender a lentidão talvez seja o desafio fundamental. É realmente angustiante não antever resultados que possam ser capturados no espaço fugaz de tempo que a vida nos permite. Ademais, a cultura ocidental prima pelo imediatismo, supervalorizado pela alternância de poderes nos cargos públicos, característica da competição política. Acostumamos à urgência, ao fazer-desfazer das máquinas governamentais, e à obrigatoriedade que determinada administração pública tem de ser diametralmente oposta à anterior.

Mas novas formas de poder serão capazes de introduzir também novas pedagogias. Dentre elas, a pedagogia da continuidade dos processos. Do respeito ao tempo que rege esses processos, e do respeito ao tempo subjetivo.

"Tempo sazonal, tempo do lavrador, marcado pelas águas e pela seca. Tempo lunar: tempo das marés, tempo menstrual. Tempo do ciclo agrário, da sementeira à ceifa, com a pausa necessária ao repouso da terra. Tempo do ciclo animal: do cio ao acoplamento, da gestação ao parto, da criação ao abate ou à nova reprodução."²³

Na perspectiva do tempo não-linear - mas processual e cíclico - não existe uma verdade histórica e datada, existe a diversidade e lugar para as diferenças; e para a esperança. Uma generosa esperança. Podemos sonhar?

UM APARTE, POR FAVOR!

Este aparte focaliza algumas questões - muitas delas tratadas na análise precedente - que revelam facetas ou subjacências não explicitadas nos depoimentos, mas constitutivas de uma intertextualidade, e que são também modos recorrentes que extrapolam a especificidade do estudo da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia e adquirem configurações amplas. É uma visão não de todo comprometida com os depoimentos, tampouco independente, mas proposta pela

dissociação entre pesquisador e atores, insinuando o envolvimento de um olhar estrangeiro.

Em primeiro lugar me proponho a pensar sobre o fortalecimento do poder local no Brasil a partir da década de 80 e suas decorrências.

No período de ditadura o município gozou de uma autonomia relativa justamente - e paradoxalmente - como resultado da despolitização do poder local em favor do central. Autonomia que possibilita, já na década de 70, a emergência de governos locais com orientações progressistas, onde as políticas sociais não significam apenas um grande repertório de regulamentações, mas um processo no qual a máquina do poder passa a ser instrumento de mediação do empreendimento político. Mediação que tende a enfraquecer as relações tradicionais - clientelismo, favoritismo, populismo - entre setor público e coletividade.²⁴

Assim, é no município que tem início, de forma mais visível e direta, o processo de redemocratização do poder político. Posturas servis vão cedendo lugar a movimentos sociais que se legitimam através da luta por direitos básicos e que constituem a busca de uma nova cidadania.²⁵

Entretanto, parece contraditório que estes arroubos socializantes das políticas públicas marcadas pela participação popular, estejam inscritos em formas liberais e neo-liberais de governo - o discurso do bem comum e da igualdade de direitos. Contradição apenas aparente se a conquista e o crescimento do poder local através de processos participativos for concebida como uma fase ou um "passo adiante no processo de aprimoramento e aprofundamento do regime liberal-democrático", como sugere Carlos Estevam MARTINS.²⁶ Pensada desta forma, realmente a liberal-democracia é ambígua porque progressista e conservadora.

"Progressista porque valoriza positivamente o avanço representado pela introdução da democracia participativa. Mas é conservadora porque deseja reter as conquistas realizadas no passado e não pretende substituir por outros os rumos que até aqui nortearam o desenvolvimento do processo civilizatório."²⁷

Se assim é, as limitações da democracia participativa e a ambivalência de seus atores políticos têm como origem principal a captação das propostas do discurso

liberal pela prática política conservadora. Contradição presente não só no âmbito governamental, mas que jaz no seio da sociedade civil quando ela reivindica seus direitos básicos e clama por maior participação política. De que outra forma estes direitos poderão ser atendidos, senão com a expansão das políticas públicas sociais, a amplificação do papel do Estado, e por conseguinte, o enfraquecimento da participação popular nos processos decisórios?²⁸

Vemos, portanto, que carregando as ambigüidades do liberalismo, as tentativas democratizantes convivem em estado de tensão com formas e instrumentos que contribuem para a perpetuação de modos arcaicos de poder.

A burocracia e o segredo burocrático - que tratei em item específico - são alguns destes instrumentos.

Por outro lado, reside no povo, a contradição entre o desejo de tutela e a vontade de participação.

É também relevante pensar na luta pelo poder - o poder de potência - como sendo um outro grande limite da democratização. A história vem mostrando que determinados grupos aparentemente bem intencionados se revelam catastróficos ao chegarem ao poder. Se de direita, pregam programas fenomenais, dissimulando suas verdadeiras vontades. Se de esquerda esses grupos nem sempre conseguem efetivar suas propostas por desconhecimento das regras ou por incompreensão da distância entre utopia e realidade política. Neste caso, falta-lhes justamente o exercício do poder-governo.

Seria realmente possível esperar por melhores ou menos piores governos a partir do momento que a boa intenção política chegasse em grande escala ao poder? Indivíduos ou grupos imbuídos de novos desejos seriam capazes de conferir aos governos suas visões e expectativas de usos do poder? Não seriam corrompidos, corroídos e viciados pelo aparelho estatal, reproduzindo - agora não mais pela violência, mas por novos tipos de envolvimento - formas de dominação existentes?

Se assim pensarmos, ficamos mais tolerantes diante das posturas de recusa de atuação nos domínios do Estado. Em vez de tão somente atacar com fúria estas

renúncias, é preciso reconhecer que o território estatal supõe muitos riscos porque é insidioso e contaminado.

Além do mais, **não é prudente subestimar o fascínio que o poder exerce. Fascínio que aliado à estrutura arcaica pode levar à emergência de um novo tecnocratismo destilado em projetos pseudo-democratizantes.** “Os filósofos, ao se tornarem reis, deixam de ser filósofos: ordenam, prescrevem, ameaçam, punem.” A menção de Gérard LEBRUN²⁹ aos filósofos racionalistas é aplicável a outros intelectuais e leva a pensar que a democracia participativa nada significa se quem chega ao poder deixa de se reconhecer como povo - sentir suas vontades e aspirações. Ademais, existe uma outra sensação que emana também da sociedade civil: **o indivíduo enquanto governo, é governo mesmo. A dissociação entre a personalidade do homem-gente e do homem-poder é real.**³⁰ O homem-poder tende a ser o homem-deus construído de forma tal que possa ser tudo o que nós, enquanto homens-gente, não somos, mas que ansiamos por ser; e se chegamos a ser, não seremos mais homens-gente.

Estas reflexões não têm a intenção de advertir sobre o exercício do poder dentro do modelo democracia participativa, antes são formas de pensar facetas que muitas vezes ficam obscurecidas pela candência da novidade histórica. A democracia participativa é um devir político, uma possibilidade não-utópica de realização de uma sociedade menos desigual. No Brasil, este modelo de governo, ainda em fase de experimentação, não está enraizado e apresenta inúmeras distorções e limites.³¹

Nesta perspectiva, a cultura e a política cultural devem vir a ser elementos essenciais para detonar no nível do real a fantasia democrática. A **cultura** porque em seus aspectos político e simbólico, representa, na diversidade e na diferença, **a dimensão maior do processo social, e mediatiza a relação do já existente com o que pode vir a ser;** e a **política cultural**, porque empenhada na democratização, é o instrumento - não normativo - que **celebra estas diferenças e permite a expressão dos vários matizes culturais, além de toda a gama de conflitos e enfrentamentos que deles decorrem.**

NOTAS E CITAÇÕES

1-Sobre *Fausto* ver:

BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. *In*: ---.

Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 360p. p.37-84

2-ALVES, Márcio Moreira. Os figurantes. *In*: ---. **A igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979. p.105-163 p.134

3-Os grupos especializados são: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica).

4-**CAPINAN/GIL:** eternos parceiros. [S.l.: s.n., 198-] p.9-18 p.10

5-REZENDE, Zaire. **Proposta para ação do governo municipal.** Uberlândia, 1982. 26p. p.9

6-McPHERSON, C.B. Democracia participativa. *In*: ---. **A democracia liberal:** origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.97-116

7-MONTORO, F. Democracia participativa: seus fundamentos e instrumentos. *In*: ---. **Da "democracia" que temos para a democracia que queremos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.41-55 p.43

8-A questão da democracia participativa - inclusive os textos de McPherson e Montoro - é analisada por Marilena Chauí em três ensaios: "*A questão democrática*", "*Democracia e socialismo: participando do debate*" e "*Representação ou participação?*" em:

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** 4. ed.rev. e aum. São Paulo: Cortez, 1989. 309p.

9-DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84p. p.72

10-FOUCAULT, Michel, DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8.ed. São Paulo: Graal, 1989. p.69-78 p.69

11-KONDER, Leandro. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.11-17, 1987. p.14

12-CHAUÍ, Marilena. Cultura popular e autoritarismo. *In*: ---. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179p. p.47-85

13-A expressão **não-garantidos** é tomada por empréstimo de Félix Guattari, mas faço uma utilização redutora. Neste caso, são não-garantidos os grupos culturais à margem dos processos e projetos do poder executivo.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. Políticas. *In: ---. Micropolítica: cartografias do desejo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 327p. p.127-196

14-No ensaio *Democracia e socialismo: participando do debate*, Marilena Chauí reexamina o texto no qual Norberto Bobbio estabelece os cinco paradoxos da democracia; os dois primeiros, ou seja, as **incompatibilidades da democracia com a sociedade organizacional e com o crescimento da burocracia estatal** são bastante esclarecedores para esta análise. CHAUI, M. *Op.cit.* (nota 8) p.163-272

15-Entrevista de Gilberto Gil a Marília Gabriela em 13.01.91, no programa "Cara a Cara" da Rede Bandeirantes de Televisão; a transcrição é de minha autoria.

16-COELHO, T.. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p. p.60

17-*Ibid.* p.66-67

18-A respeito de experiências recentes de administração da cultura e da educação por governos com orientações progressistas, ver:

MONTOIA, Paulo. A esquerda procura o seu jogo. **Leia**, São Paulo, v.8, n.149, p.29-35, mar. 1991.

19-LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 122p. p.117-119

20-"Se Prometeu é o herói cultural do esforço laborioso, da produtividade e do progresso através da repressão, então os símbolos de outro princípio de realidade devem ser procurados no polo oposto. Orfeu e Narciso (...) simbolizam uma realidade muito diferente. Não se converteram em heróis culturais do mundo ocidental, a imagem deles é a da alegria e da plena fruição; a voz que não comanda, mas canta; o gesto que oferece e recebe; o ato que é paz e termina com as labutas de conquista; a libertação do tempo que une o homem com deus, o homem com a natureza."

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 232p. p.148

21-CAPINAN/GIL *Op.cit.* (nota 4) p.18

22-BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. *In: BORNHEIM, Gerd et al. Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152p. p.31-58

23-Embora não esteja tratando especificamente da cultura popular, parece-me pertinente este trecho de Alfredo Bosi, que extrapola a dimensão da cultura popular e se aplica ao movimento da sociedade.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. *In: ---. Cultura brasileira: temas e situações*, São Paulo: Ática, 1987. p.7-15 p.11

24-Sobre os governos municipais progressistas na década de 70:

CARNEIRO, Dirceu. Lages: a força do povo. *In*: HERRMANN NETO, João (org) **Democracia feita em casa**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1984. 377p. p.69-83

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Equipamentos sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.8, n.24, p.67-74, maio 1988.

No primeiro texto o ex-prefeito de Lages relata a experiência de sua gestão; no segundo são analisadas as administrações de Piracicaba-SP (PMDB) e de Jundiá-SP (ARENA).

25-A respeito do **poder local** - econômico, político e social - e do **governo local** - executivo e legislativo - ver:

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.8, n.24, p.26-39, maio 1988.

26-MARTINS, Carlos Estevam. Democracia participativa. *In*: HERRMANN NETO, João (org) *Op.cit.* (nota 24) p.31-39 p.34

27-*Ibid.* p.35

28-Para Lebrun não podemos "esquecer que são os próprios governados, o mais das vezes que forçam o Estado a colocar-se como instância tutelar e 'providencial' - **por conseguinte**, como poder onipotente e onisciente." (grifo do autor) LEBRUN, Gérard. *Op.cit.* (nota 19) p.92

Mas é relevante lembrar também as discrepâncias desta onipotência, se compararmos as políticas sociais dos países avançados - a liberal-democracia mais "inteligente" - e dos países do Terceiro Mundo, onde a onipotência tem representado muito mais vontade de potência e de poder que benefícios para a população.

29-*Ibid.* p.40

30-Esta divisão ainda não foi superada nem com a crescente atuação de partidos representantes das classes populares, como o PT. A população ainda vê o governo como transcendência que "precisa estar e ser separado do social."
CHAUÍ, Marilena. *Op.cit.* (nota 12)

31-Agora sim, uma advertência: participação política não é um remédio que possa ser prescrito para todos os males, nem deve ser uma forma de desobrigar o poder público de seus deveres para com a sociedade civil.

3 - COMENTÁRIOS FINAIS

Falando da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, analisei uma experiência real de tratamento da cultura pela esfera pública. Há evidentemente outros ângulos para se pensar as questões aqui mencionadas, como há questões que permanecem submersas. Optei por trabalhar com a ótica dos atores envolvidos porque ela é reveladora de inexperiência, ingenuidade e desejos de uma geração marcada pelo autoritarismo explícito.

São pessoas que sentiram a ignorância da ditadura e que agora atuam num órgão público acreditando com isto estar provocando mudanças vitais. Não estão contestando nas ruas, nas universidades e nos sindicatos. Não é uma relação invertida de forças; eles agem dentro da instituição. Se estar dentro possibilita atuações inovadoras e positivas, implica também num grande comprometimento com a estrutura. Assim, não são todas as regiões que estes indivíduos podem acessar, pois estão mexendo consigo mesmos, já que em última instância, **eles são a estrutura que constituem e representam.**

De forma alguma eu poderia afirmar que a experiência da SMC no período estudado é a ideal. Mostrei os equívocos e limites, mas também a possibilidade da eclosão do debate e das contradições que se efetivam com essa prática.

Investiguei acerca do aprendizado dos atores, o que me parece distante da pedagogia da Ação Católica, ainda que um olhar inadvertido tente aproximar essas experiências. É distante, antes de mais nada, porque são vinte anos de separação. A situação política e econômica do país na década de 80 não se compara com a dos anos 50 e 60. Ademais, a AC existia desvinculada de um projeto político governamental; sem a rotinização burocrática, esteve sujeita principalmente à crítica intelectual e aos controles diretos da hierarquia da Igreja Católica. No caso da SMC, além do aparato burocrático-governamental, as críticas e cobranças são generalizadas porque está em jogo sobretudo a política partidária.

A SMC é um espaço que torna visível a luta pelo poder. Onde o poder específico é facilmente identificável enquanto poder governamental, econômico e político-partidário. Mas ali existem outros poderes difusos em relações não tão específicas. A luta pelo poder se revela dentro dos movimentos culturais e é exercido a partir deles em direção à Secretaria. Internamente, os funcionários vivem em constantes embates por espaços. Além do mais, o poder do carisma e do afeto participam de um jogo do qual, no mais das vezes, são excluídos.

O poder é a base tanto dos agenciamentos positivos que fazem o projeto avançar, quanto de entrechoques que o retraem.

Mas é importante perceber que nada que tenha sido muito problemático no período de 1984 a 1988, se mostra agora tão importante. Ressaltam-se principalmente os aspectos positivos do trabalho. A mudança de governo para o PDS além de ser um chamado à realidade política, também provoca a ilusão de deslocamento temporal - de ações fora da época e do lugar - e determina as incertezas do percurso futuro. Um depoimento sugere que a cidade, por ser demais conservadora, não merece o tipo de trabalho que a SMC desenvolve. Pérolas aos porcos!

Neste ponto há uma aproximação com a idéia de que a Ação Católica também era um movimento muito à frente de sua época; como se aqueles atores fossem profetas de um novo tempo, não o presente. Paulo Freire defende a tese do homem consciente como o homem profeta; profeta porque denuncia a desumanização e anuncia a humanização.

Este delírio profético que em nada anuncia para o presente é uma atitude desnecessária pois permanece como a defesa do homem de "lucidez superior" que teria o dever de caminhar à frente na condução das massas.

O profetismo é um mito ao qual o intelectual precisa renunciar, pensa Foucault. O momento de ação e atenção é o presente, gerador de um futuro que não pode ser antecipado pois serão outros os domínios. Mas talvez seja menos arriscado investir no futuro inexistente do que correr os riscos do presente.

O que acontece no Brasil na área da cultura a partir da década de 80 não é o anúncio de uma nova sociedade. Os anos seguintes irão mostrar que o autoritarismo pode surgir travestido, e através do processo democrático, ser legitimado em eleições diretas para todos os postos do governo.

A grande esperança dos anos 80 - o reencontro com a democratização - faz os olhos da sociedade brasileira brilhar com a possibilidade de novos tempos justamente porque ela estivera subjugada por vinte anos. Mas, na realidade, os projetos políticos inovadores da década não são revolucionários, apenas buscam resgatar uma parcela muito pequena de nossa cidadania.

E nos contentamos com muito pouco, pois ainda que sejam benéficos estes avanços democráticos é preciso lembrar que eles já foram tentados há muitos anos. Em se tratando de cultura, por exemplo, Mário de Andrade, na década de 30, projetou e executou ações semelhantes às dos anos 80.

Avançamos pouco. Somos uma nação que caminha lentamente e não consegue ritualizar sua passagem para a vida adulta. Quando o sonho parece próximo de se realizar, voltamos a exigir a condução de nosso caminhar pelas mãos do grande pai e substituímos os parcos ganhos de autonomia por relações paternalistas.

Persiste uma incômoda sensação de vazio. Um vazio de perspectivas que tende a negar até a defesa - que eu mesma faço - da necessidade de respeito aos ciclos e tempos do processo. A desesperança nega o sonho do trabalho processual. O tom é amargo, mas reflete o momento que o país vive, e que não nos permite ilusões. Tanto melhor, sem ilusões talvez possamos nos ater ao presente e renunciar ao profetismo.

ABSTRACT

This dissertation discusses the administration of culture by public institutions and the conflicts inherent to the relation between culture and power mediated by intellectuals in public office. It presents an historical frame of reference for the relation between culture and power in Brazil from the beginning of the Republic to the 1980's when the military dictatorship underwent a process of political democratization. It sets out the visions of several authors concerning cultural policy and its treatment in different periods and countries, emphasizing the specific Brazilian case. In it we test a series of theoretical references with respect to conceptions of culture, the intellectual and the State. We then describe the history and structure of the object of the case study - the Municipal Secretariat of Culture in Uberlândia(MG). Questions related to the methods and techniques employed are also discussed. The statements which were collected were interpreted using such categories of analyses as culture versus bureaucracy, political populism, paternalism, power, the role of the cultural agent, the processural focus of culture, and the limits and weaknesses of the practice under study. The questions identified in the case of Uberlândia are related to other experiences which took place during the same period. We conclude by verifying that cultural policies practised on a large scale in this country in the 1980's we faced, at the end of the decade, with archaic forms of power where there was apparently no place for experiences whose aim was social change and the democratization of culture.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 268p.

ANDRADE, Mário de. Moderno? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1982. *Cultura*, p.4

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 360p. Cap.1 *O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento*

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd *et al.* **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152p. p.31-58

-----, A educação e a cultura nas constituições brasileiras. In:---.(org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. 224p. p.208-218

-----, Plural, mas não caótico. In:---.(org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. 224p. p.7-15

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.21, p.133-157, jul. 1988.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979. 210p. p.ix-xii

CAPINAN/GIL: eternos parceiros. [S.l.: s.n., 198-] p.9-18

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: ---.(org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.95-105

CARNEIRO, Dirceu. Lages: a força do povo. In: HERRMANN NETO, João (org.) **Democracia feita em casa**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1984. 377p. p.69-83

CASTRO, Cláudio Moura. Memórias de um orientador de tese. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331p. p.307-326

CASTRO, Luiz Felipe Meira. O estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.21-35, jan. 1989.

CASTRO, Maria H. Guimarães. Equipamentos sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.8, n.24, p.67-74, maio 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179p.

- , **Cultura e democracia**. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 1989. 309p.
- , *et al.* **Política cultural**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 78p.
- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p.
- COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. *In*: MICELI, Sergio (org.) **Estado e cultura no Brasil: anos 70**. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.85-96
- , Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.7-10, 1987.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.8, n.24, p.26-39, maio 1988.
- DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84p.
- DUARTE, Paulo. Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.198, p.75-86, 1990. Edição fac-similar do n.106 de 1946.
- DURHAM, Eunice A. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.17-37
- ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, I., 1984., Ouro Preto/Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1985. 415p.
- FADUL, Anamaria. Políticas culturais e processo político brasileiro. *In*: MELO, José Marques de (org.) **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 280p. p.180-209
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985. 175p.
- FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 79p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8.ed. São Paulo: Graal, 1989. 295p.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.2, p.39-51, jul. 1983
- GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 130p.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 421p.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 327p.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 199p.

IANNI, Octavio. O Estado e a organização da cultura. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.I, p.216-241, jul. 1978.

KONDER, Leandro. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, p.11-17, 1987.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 122p.

LOPES, Regina Clara Simões. A propósito de política cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, p.26-29, 1987.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 232p.

MARTINS, Carlos Estevam. Democracia participativa. In: HERRMANN NETO, João (org.) *Democracia feita em casa*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1984. 377p. p.31-39

McPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap.5 *Democracia participativa*

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: ---. (org.) *Estado e cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.97-111

-----, GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: FUNARTE/IDESP/FINEP, 1985. 113p.

MILANESI, Luis. *Centro de cultura: forma e função*. São Paulo: Hucitec, 1990. 91p.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.45-58, 1984.

MONTOIA, Paulo. A esquerda procura o seu jogo. *Leia*, São Paulo, v.8, n.149, p.29-35, mar. 1991.

MONTORO, Franco. *Da "democracia" que temos para a democracia que queremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Cap.: *Democracia participativa, seus fundamentos e instrumentos*

MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1985. 303p.

NUNES, Edson de Oliveira. Pequena introdução à aventura sociológica. In: ---. (org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331p. p.9-18

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 148p.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. 335p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Cultura. **Política cultural**. Uberlândia, 1986.

PRNJAT, Branko. Modelos de política cultural: em busca da identidade cultural dos países do Terceiro Mundo. **Socialismo e Democracia**, São Paulo, v.2, n.8, p.61-80, out./dez. 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.39, n.3, p.272-286, mar. 1987.

----- . **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2.ed. São Paulo: CERU/FFLCH/USP, 1983. 182p.

REZENDE, Zaire. **Proposta para ação do governo municipal**. Uberlândia, 1982. 26p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 89p.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 147p.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Os intelectuais, a cultura e o poder: estudo de caso**. João Pessoa, 1990. 29p. Projeto de dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFPB, 1990.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986. 108p.

WEBER, Max. **Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963 530p.

WISNIK, José Miguel. Estado, arte e política em Villa-Lobos, Vargas e Glauber. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 1982. *Folhetim*, p.6-8

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C.L.(org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.107-125

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERREMAN, Gerald D. Etnologia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. *In*: ZALUAR, Alba (org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 263p. p.123-174

CALDAS, Waldenyr. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. 3.ed. São Paulo: Global, 1989. 94p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado "não respeitável" da pesquisa de campo. *In*: RODRIGUES, Leôncio Martins *et al.* **Trabalho e cultura no Brasil**. Brasília: CNPq, 1981. 408p.

CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). *In*: NOVAES, Adauto (org.) **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 495p. p.347-360

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1986. 339p.

DALLARI, Adilson. **O que é funcionário público**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 78p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 99p.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.141-156

DENIS, Manoel Maldonado. Dilema político dos intelectuais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.12, p.193-201, jun. 1979.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault: 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 351p.

FLUSSER, Victor. Da política cultural à cultura política: um exemplo musical. **Boletim da Intercom**, São Paulo, v.6, n.42/43, p.28-30, mar./jun. 1983.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990. 167p.

HESSE, Reinhard. Função do intelectual: podemos ter esperanças não-utópicas de maior liberdade? **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.12, p.185-191, jun. 1979.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 101p.

JORGE, J. Simões. **A ideologia de Paulo Freire**. 2.ed.rev. e aum. São Paulo: Loyola, 1981. 86p.

KOSMINSKY, Ethel. Pesquisas qualitativas: a utilização de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.38, n.1, p.30-36, jan. 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. In: ZALUAR, Alba. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 263p. p.211-222

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os "baloma" de Kiriwina podem encarnar-se nas pesquisas atuais. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 156p. p.127-140

-----, *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 198p.

MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 103p.

MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo, ou como ter *anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira. (org.) *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331p. p.23-35

MICELI, Sergio. O processo de "construção institucional" na área cultural federal (anos 70). In: ---.(org.) *Estado e cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.53-83

MILANESI, Luis Augusto. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

-----, Uma outra dimensão. *Teoria e Debate*, São Paulo, n.6, p.9-11, abr./maio/jun. 1989.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é burocracia*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 112p.

MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine (org.) *Recordar Foucault: os textos do Colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.196-208

MURICY, Katia. Os olhos do poder. In: NOVAES, Aduino (org) *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 495p. p.479-486

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: MICELI, Sergio (org.) *Estado e Cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.41-52

QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou Espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? In: MICELI, Sergio (org.) *Estado e cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240p. p.113-134

SALEM, Tania. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.) ***A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social***. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331p. p.47-64

SCHWARZ, Roberto. A questão da cultura. ***Lua Nova***, São Paulo, v.1, n.4, p.27-28, jan./mar. 1985.

TOLEDO, Caio N. de. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. *In*: MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo, FERRANTE, Vera B. (orgs.) ***Inteligência brasileira***. São Paulo: Brasiliense, 1986. 305p. p.224-256

VIANNA, Luiz Werneck. Problemas de política e de organização dos intelectuais. ***Presença***, São Paulo, n.1, p.137-151, nov. 1983.

WEBER, Max. ***Sociologia***. 3.ed. São Paulo: Ática, 1986.